

São Paulo

# DATA MERCANTIL

RS 2,00

Sábado, 17 e Segunda - feira, 19 de outubro de 2020

Edição N° 168

www.datamercantil.com.br

## Doria diz que vacina Coronavac será obrigatória em SP e que testes terminam no fim de semana



O governador João Doria (PSDB-SP) afirmou que a vacinação contra o novo coronavírus em São Paulo será obrigatória, exceto para pessoas que apresentem alguma restrição avaliada por um médico.

Uma lei de fevereiro deste ano, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), prevê a possibilidade de realização compulsória da imunização, ainda que recentemente ele tenha dito que “ninguém pode obrigar ninguém a tomar a vacina” contra a Covid-19.

Doria disse também que a terceira fase de testes da vacina Coronavac contra o novo coronavírus será concluída neste fim de semana e que vai se reunir na próxima quarta-feira (21) com representantes da área de saúde do

governo federal para apresentar os dados e tentar garantir a disponibilidade dela para todos os brasileiros.

O governador afirmou ainda que, por parte de São Paulo, não haverá politização em relação à vacina e que espera a mesma postura por parte de Jair Bolsonaro, que foi nominalmente citado e criticado pelo governador por sua ação durante a pandemia.

“Não é razoável imaginar que o governo [federal] vá colocar ideologia ou visão partidária ou eleitoral acima daquilo que salva vidas”, disse Doria.

O governador disse que vai se reunir com o ministro da Saúde e com o presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) na próxima quarta-feira.

“São Paulo entende que a vacina é do Brasil, um bem dos brasileiros. Será que, agora que tem a vacina, o governo federal vai negá-la aos brasileiros que precisam? No que depender do governo de São Paulo, não, mas vamos ao entendimento no dia 21, com o ministro e com a Anvisa, conscientes de que lá estão pessoas também conscientes e que terão visão republicana, científica e técnica nesse assunto e não vão politizar a vacina e nem fazer a guerra da vacina.”

Segundo o governador, o acompanhamento da testagem nesta terceira fase pelo Instituto Butantan é feito simultaneamente pela Anvisa e um resumo desse relatório será entregue pelo presidente do instituto na segunda-feira (20) à agência. Eduardo Cucolo/Folha

## Economia



### Desemprego atinge 14 milhões de pessoas na quarta semana de setembro

Página - 03

### São Paulo lança plano de investimentos e diz que PIB do estado já voltou ao nível pré-crise

Página - 03

## Indústria



### Produção brasileira de aço cresce 7,5% em setembro

Página - 10

## Negócios



### Raízen inaugura maior usina de biogás a partir de derivados da cana do mundo

Página - 08

## No Mundo

### Na TV, Biden volta a citar Amazônia e não responde sobre aumentar Suprema Corte



Respondendo a perguntas de eleitores na noite de quinta-feira (15), Joe Biden, candidato democrata à presidência dos EUA e líder nas pesquisas, voltou a citar a importância da Amazônia para conter as mudanças climáticas. “O maior sequestrador de carbono no mundo é a Amazônia. A cada ano, ela absorve mais carbono que as emissões inteiras dos Estados Unidos”, disse.

Biden também criticou a política externa de Trump, especialmente no que diz respeito às relações com a Rússia, Coreia do Norte e

Otan. Ele deixou implícito que gostaria de retomar o poder simbólico do país nas relações exteriores. “Estamos mais isolados do que nunca. O ‘America first’ [América em primeiro lugar] deixou a América sozinha”, afirmou.

O candidato disse que “não era fã” da ideia de aumentar o número de juízes na Suprema Corte dos EUA - especula-se que ele poderia fazer isso para reverter a maioria conservadora no tribunal - mas disse que isso depende, em última instância, de como transcorrerá o processo de confirmação de Amy Coney

Barrett, juíza indicada por Trump após a morte de Ruth Bader Ginsburg (1933-2020).

Na sabatina transmitida em rede nacional, Biden manteve sua calma característica e investiu em peso na discussão de políticas públicas concretas que tomaria caso fosse eleito.

Ele voltou a criticar enfaticamente a responsabilidade do presidente Donald Trump na gestão da pandemia de Covid-19. “O que ele está fazendo? Nada” disse. “Há uma responsabilidade presidencial de liderar e ele não fez isso. Só falava do mercado financeiro.”

Laura Castanho/Folhapress

### Brasil reabre fronteiras com Paraguai sem regras sanitárias nem novas UTIs



Após quase sete meses fechada para tentar conter a Covid-19, a Ponte da Amizade foi reaberta nesta quinta (15). A passagem liga Foz do Iguaçu, no extremo oeste do Paraná, a Ciudad del Este, no Paraguai.

O processo gradual de reabertura para residentes do país vizinho incluiu ainda os postos brasileiros de Ponta Porã e Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul. O governo paraguaio, por outro lado, não divulgou quando deve reabrir essas fronteiras, ou seja, apenas paraguaios

### OMS fará testes para avaliar outros possíveis tratamentos da covid-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) informou nesta sexta-feira (16) que avaliará anticorpos monoclonais e outros medicamentos antivirais em seu teste de tratamentos com potencial para enfrentar a covid-19, depois que seu estudo revelou que o remdesivir, da Gilead, não teve impacto nas taxas de sobrevivência.

O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, disse em entrevista coletiva que o teste chamado Solidariedade continuará, depois de ser lançado em março em 500 hospitais em 30 países para avaliar a eficácia

do remdesivir e vários outros medicamentos em pacientes com covid-19.

“O teste Solidariedade ainda está recrutando cerca de 2 mil pacientes todos os meses e vai avaliar outros tratamentos, incluindo anticorpos monoclonais e novos antivirais”, disse Tedros em entrevista coletiva.

O teste Solidariedade estava no foco de uma discussão desta sexta-feira entre a OMS e a Gilead, empresa norte-americana que desenvolveu o remédio remdesivir, que disse que as conclusões do teste da OMS pareciam inconsistentes com as evidências de outros estudos.

Reuters/ABR



podem circular nas divisas.

Enquanto o Paraguai divulgou um protocolo rígido para a entrada de brasileiros no país via Ponte da Amizade, portaria publicada na quarta (14) pelo governo brasileiro traz poucas restrições e sem menções a critérios de saúde.

A flexibilização ocorreu ainda sem que a prefeitura da cidade paranaense tenha recebido verba para cumprir um plano de contingência contra um eventual aumento de casos da Covid-19. Ao todo, o investimento com as demandas, de acordo com o município, seria

de cerca de R\$ 40 milhões.

Além de pedir insumos, equipamentos e mais médicos e enfermeiros, a administração municipal quer implantar uma unidade móvel na cabeceira da Ponte da Amizade para triagem de pacientes. Para tal, calcula a necessidade de abertura de ao menos 70 leitos de UTI.

As demandas levam em consideração os cerca de 600 mil moradores do departamento de Alto Paraná, no Paraguai, ao qual pertence Ciudad del Este, onde vivem quase 100 mil brasileiros.

Katna Baran/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## São Paulo lança plano de investimentos e diz que PIB do estado já voltou ao nível pré-crise



O governador João Dória (PSDB-SP) lançou nesta sexta-feira (16) o Plano de Retomada Econômica 2021/2022 para o estado de São Paulo, que reúne 19 concessões e parcerias público-privadas já anunciadas anteriormente, mas que ainda não saíram do papel, para tentar atrair R\$ 36 bilhões em investimentos nesse biênio e gerar 2 milhões de empregos em quatro anos.

Ao apresentar o plano, o secretário de Fazenda e Planejamento do estado, Henrique Meirelles, afirmou que a economia paulista cresceu 2,8% em 2019, acima do 1% registrado na média nacional, segundo dado do Banco Central, e já está em patamar li-

geiramente superior ao nível pré-pandemia, segundo cálculos da Fundação Seade (1,5% acima do nível de fevereiro).

Para este ano, Meirelles prevê queda do PIB paulista entre 2% e 2,5%, praticamente a metade do esperado para o Brasil. Para 2021, crescimento de mais de 5%, acima de expectativa de até 3% para todo o país.

Os projetos de infraestrutura incluem metrô, trem, hidrovias, rodovias e aeroportos, entre outras áreas, sendo 51% na área de transporte e mobilidade, 33% de rodovias, 8% em segurança e o restante em lazer, educação e parques.

A obra destacada de maior valor é o projeto para um trem São Paulo/Campinas, com in-

vestimento previsto de US\$ 1,4 bilhão e capacidade para 565 passageiros/dia.

Também foram destacadas as concessões das linhas 8 e 9 da CPTM (US\$ 500 milhões), de rodovias no litoral (US\$ 600 milhões), de 22 aeroportos regionais (US\$ 80 milhões), do Zoológico e Jardim Botânico (US\$ 70 milhões) e do Complexo do Ibirapuera (US\$ 200 milhões), além da renovação de contratos de concessões da ViaOeste, Renovias, Triângulo do Sol.

O secretário disse que São Paulo tem relações comerciais com os demais estados e, por isso, pode funcionar como uma locomotiva para o crescimento do país.

Eduardo Cucolo/Folhapress

## Estados avançam em privatizações e concessões



Com a crise financeira agravada pela pandemia, os governos estaduais vêm acelerando vendas de ativos e concessões. Apenas no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) são 18 projetos já em estágio avançado, com previsão de investimentos de R\$ 180 bilhões.

A lista inclui desde a venda de empresas de energia e gás canalizado a concessões de serviços como saneamento, operação de presídios e cerca de 8.000 quilômetros de estrada. Ainda há projetos estaduais sem parceria com o banco como

## Desemprego atinge 14 milhões de pessoas na quarta semana de setembro

O número de desempregados chegou a 14 milhões de pessoas na quarta semana de setembro, ficando estatisticamente estável em relação à semana anterior (13,3 milhões). Com isso, a taxa de desocupação (14,4%) ficou estável em relação à semana anterior (13,7%) e cresceu frente à primeira semana de maio (10,5%), quando o levantamento foi iniciado.

Os dados constam da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Covid-19, divulgada hoje (16) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta é a última divulgação da Pnad Covid-19 semanal. A coleta de dados por telefone continuará para subsidiar as edições mensais da pesquisa, que devem continuar até o fim do ano.

“Embora as informações sobre a desocupação tenham ficado estáveis na comparação semanal, elas sugerem que mais pessoas estejam pressionando o mercado em busca de trabalho, em meio à flexibilização das medidas de distanciamento social e à retomada das atividades econômicas”, disse, em nota, a coordenadora da pesquisa, Maria Lucia Vieira.

A população ocupada ficou em 83 milhões, estatisticamente estável na comparação com a terceira semana de setembro. “Vínhamos observando, nas últimas quatro semanas, variações positivas, embora não significativas da população ocupada. Na quarta semana de setembro, a variação foi negativa, mas sem qualquer efeito na taxa de desocupação”, afirmou a pesquisadora. Ana Cristina Campos/ABR



a Copel Telecom, do Paraná.

A expectativa de governadores foram elevados após o leilão de concessão do saneamento da região metropolitana de Maceió, que rendeu ao estado R\$ 2 bilhões em outorga, um ágio de 13.182% em relação ao preço mínimo e quatro vezes o que o governo do estado esperava.

Para este ano, há ainda dois leilões previstos. Um deles será realizado nesta terça-feira (20), quando serão abertas sete propostas para o serviço de água e esgoto em Cariacica e Viana (ES). O outro é a privatização da CEB (Companhia Energéti-

ca de Brasília) Distribuição, avaliada em R\$ 1,4 bilhão.

Nesta quinta (15), o BNDES anunciou o início de roadshow para apresentar a CEB a investidores. Segundo o diretor de Privatizações do banco, Leonardo Cabral, a ideia é passar o controle “para um participante capacitado para realizar investimentos e gerar a consequente melhoria na prestação de serviços”.

A lista dos projetos para os próximos anos é liderada pelo setor de saneamento, com seis leilões já previstos para os próximos anos e previsão de investimentos de R\$ 55 bilhões. Nicola Pamplona/Folhapress

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ativo	Nota	Balancos Patrimoniais		Nota	Passivo		Demonstrações de Resultados			Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
		2019	2018		2019	2018	Nota	2019	2018	2019	2018		
		(Não auditado)			(Não auditado)								
<b>Circulante</b>		<b>29.253</b>	<b>31.509</b>		<b>19.057</b>	<b>20.449</b>	<b>Receita Operacional Líquida</b>	20	49.962	56.779	<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Caixa e equivalentes de Caixa	5	13.770	18.509	Fornecedores		572	730	21	(35.066)	(44.868)	3.153	578	
Contas a Receber	6	14.490	10.976	Salários, provisões e contribuições sociais	14	4.948	4.908	<b>Lucro líquido</b>	<b>14.896</b>	<b>11.911</b>	2.277	2.214	
Impostos e Contribuições a recuperar	8	480	1.597	Impostos e contribuições a Recolher	15	597	1.293	<b>Despesas operacionais</b>	22	(11.511)	(13.537)	2.085	-
Outros Valores a Receber	9	512	426	Contas a Pagar Partes Relacionadas	6	361	687	<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras</b>				(22)	-
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>18.633</b>	<b>15.315</b>	Outras Provisões	16	3.132	4.081	Receitas Financeiras	23	1.346	1.369	1.265	2.443
Depósitos Judiciais	17	887	260	Provisões Fiscais	18	8.191	8.665	Despesas Financeiras	24	(599)	(723)	295	(489)
Impostos Diferidos Ativo	26	5.246	5.541	Outras obrigações			86	<b>Resultado financeiro</b>	<b>747</b>	<b>646</b>	2	297	
Mútuo	6	12.500	9.515	Arredamento a pagar	12	1.177	-	<b>Lucro líquido/(Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>4.132</b>	<b>(979)</b>	11	-	
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>320.927</b>	<b>258.525</b>	<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>3.021</b>	<b>2.320</b>	IRPJ e CSLL Diferido	25	(295)	(489)	1.423	2.189
Imobilizado	10	3.156	2.977	Provisões Trabalhistas	17	2.628	2.320	IRPJ e CSLL Corrente	25	(684)	(88)	276	209
Intangível	11	263	548	Arredamento a pagar	12	393	-	<b>Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício</b>	<b>3.153</b>	<b>(578)</b>	<b>7.919</b>	<b>6.285</b>	
Direito de Uso CPC06-R2	12	1.509	-	<b>Patrimônio Líquido</b>	19	<b>346.734</b>	<b>282.581</b>						
Debêntures	13	316.000	255.000	Capital social		<b>348.919</b>	<b>287.919</b>	<b>Demonstrações de Resultados Abrangentes</b>					
<b>Total do Ativo</b>		<b>368.813</b>	<b>305.349</b>	Prejuízos acumulados		(5.339)	(4.761)						
				Resultado do Exercício		3.153	(578)						
				<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>368.813</b>	<b>305.349</b>						

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto operacional** – A Capgemini Business Services Brasil – Assessoria Empresarial Ltda. (“Empresa”), com sede no município de Campinas no Estado de São Paulo, foi constituída em 15/05/2007. A Empresa tem como atividade a prestação de serviços de recepção, planejamento financeiro, arquivamento, preparação de material para envio por correio, folha de pagamento, tesouraria, formulação de prestação de relatórios gerenciais, prestação de serviços de suporte, desenvolvimento e melhoria de softwares e aplicativos, serviços de infraestrutura de informática e serviços de comunicação no Brasil e no exterior, locação de bens móveis e ainda participar de outras sociedades, como quotista ou acionista. A participação no capital social é de 90,57% pela Capgemini Latin America S.A. e 9,43% pela Capgemini Business Services B.V. conforme demonstrado na (Nota 20). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11/08/2020. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Conversão de moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua (a “moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras. **Transações e saldos em moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contábeis a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábeis a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábeis a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** Instrumentos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou VJORA (Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes) – instrumento de dívida; ou VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio: A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que tam-

bém pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas – Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota para derivativos designados como instrumentos de hedge. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha intenção de direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo, decrescidas da perda estimada. **2.6. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à compra de imobilizado. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos	Instalações	Móveis e utensílios	Softwares
10	5	5	5
5	3	3	3
3	3	3	3
5	3	3	3

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, em cada exercício e os valores são ajustados de forma prospectiva. A Administração considera que não existiriam fatos significativos em 2019 que gerassem uma mudança nas vidas úteis dos ativos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.8). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras despesas, líquidas” na demonstração do resultado. **2.7. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. **2.8. Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade. Caso contrário, são apresentados no ativo não circulante. **2.9. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre o renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **2.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.12. Arrendamentos:** A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplica-

ção inicial é reconhecido no saldo de abertura dos prejuízos acumulados em 01/01/2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão representadas – ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “leasing a pagar” no balanço patrimonial. (i) Como arrendatário, a Empresa classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da empresa. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. Quando a empresa atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Empresa fez uma avaliação geral se o arrendamento transferia substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Empresa considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento referia-se à maior parte da vida econômica do ativo. **Impacto nas Demonstrações Financeiras:** Impacto na transição: Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia reconheceu custo de direito de uso e passivos de arrendamento. Veja o impacto na transição e movimentação dos saldos abaixo:

Ativos de direito de uso – lançamento inicial	3.593
Depreciação	(2.085)
Saldo 31/12/2019	1.509

Leasing a pagar (passivo de arrendamento)	3.593
Passivo de arrendamento – lançamento inicial	3.593
Juros	11
Pagamentos	(2.034)
Arrendamento a pagar	1.570

**2.13. Benefícios a empregados: (i) Participação nos lucros:** A Empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos funcionários da Empresa após certos ajustes. A Empresa reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação formalizada (constructive obligation). **2.14. Capital social:** As quotas do capital social em valor nominal são classificadas no patrimônio líquido. **2.15. Reconhecimento de receita:** A Empresa reconhece receitas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho. A Empresa, como prestadora de serviços financeiros, identificaram que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida que a Empresa atende sua obrigação de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Por essa razão, o reconhecimento e a mensuração das receitas de contratos com clientes não sofreram alterações. Assim, os resultados da Empresa não apresentaram impactos na adoção da norma. Devido à diversidade das categorias de nossos produtos, há vários eventos que geram o reconhecimento da receita, conforme abaixo: • **Receita de prestação de serviço** – a receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com a porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. As antecipações de clientes, decorrentes dos serviços faturados com custos a incorrer estão registradas em conta específica do passivo circulante. • **Receitas financeiras** – representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, impostos a recuperar, descontos obtidos junto a fornecedores, juros por atraso de clientes, empréstimos e financiamentos e operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo swap. **2.16. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com

	2019	2018
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e CSLL</b>	3.153	578
Ajustes: Depreciações e amortizações	2.277	2.214
Depreciação do Direito de Uso	2.085	-
Provisão para provisão para devedores duvidosos	(22)	-
Provisão para Contingências	1.265	2.443
Imposto de Renda e Contribuição social Diferido	295	(489)
Resultado na Baixa de Ativo Imobilizado	2	297
Juros Provisonados	11	-
Provisão (Reversão) fiscais e outras provisões	(1.423)	2.189
Atualização monetária sobre provisão para contingências	276	209
	<b>7.919</b>	<b>6.285</b>

	2019	2018
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a Receber	(3.646)	3.458
Impostos e contribuições a Recuperar	1.117	597
Outros Valores a receber	(713)	32
Fornecedores	(158)	(161)
Salários, provisões e contribuições sociais	41	(502)
Impostos e contribuições a Recolher	(696)	(1.293)
Outras Obrigações	(7)	(31)
Contas a Pagar Partes Relacionadas	(326)	(307)
Contas a Receber Partes Relacionadas	154	2.435
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>3.684</b>	<b>10.512</b>
Contingências pagas	(1.232)	(60)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>2.452</b>	<b>10.452</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aumento de capital	61.000	255.000
Debêntures	(61.000)	(255.000)
Aquisição de equipamentos	(2.172)	(1.724)
<b>Disponibilidades líquidas usadas nas atividades de investimentos</b>	<b>(2.172)</b>	<b>(1.724)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Contrato de mútuo	(2.985)	-
Pagamentos de arrendamentos	(1.871)	-
Juros Pagos sobre arrendamentos	(163)	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de financiamentos</b>	<b>(5.019)</b>	<b>-</b>
<b>(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa (4.739)</b>	<b>8.729</b>	<b>-</b>
<b>Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa</b>		
Em 1 de janeiro	18.509	9.781
Em 31 de dezembro	13.770	18.509
<b>(Redução)/Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.739)</b>	<b>8.729</b>
<b>Transações que não afetaram caixa</b>		
Registro inicial do CPC 06 (R2)	3.593	-

base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determina que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.17. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2020. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa: - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3). - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8). - IFRS 17 Contratos de Seguros. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** – A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 19 – Receita;** • **Nota 26 (b) Imposto de Renda Diferido;** • **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31/12/2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 6** – Provisão para perdas estimadas; • **Nota 17** – Provisão para conting



## Publicidade Legal

## Odebrecht TransPort S.A.

CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86 – NIRE 3530038154-8

## Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 15 de maio de 2020

**Data, Hora e Local:** 15 de maio de 2020, às 10:00 horas, realizada de forma virtual por videoconferência, com a utilização do sistema *Microsoft Teams*, que permite a identificação de acionistas, registro de manifestações transmitidas de documentos e apresentações e gravação do conclave em áudio. **Convocação:** Em atenção ao disposto no artigo 124, § 1º, inciso I, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), foi publicado Edital de Convocação nos seguintes jornais: (i) "Diário Oficial do Estado de São Paulo", seção empresarial, páginas 93, 45 e 21, nas edições de 17, 18 e 23 de abril de 2020, respectivamente, e (ii) "Diário de Notícias", páginas 05, 07 e 05, nas edições de 17, 18 e 23 de abril de 2020, respectivamente.

**Publicações:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2019, publicados no: (i) "Diário Oficial do Estado de São Paulo", seção empresarial, páginas 36 a 41, na edição de 25 de março de 2020, e no (ii) "Diário de Notícias", página 9, na edição de 25 de março de 2020. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. Presentes ainda, para os fins do disposto no 134, § 1º, na Lei das S.A., o Sr. Adriano Lima Ferreira representante da Companhia, e o Sr. Ednilson Attizani, inscrito no CRC sob o nº 1SP-293.919/0-7, representante da Grant Thornton Auditores Independentes. **Abertura:** A acionista Odebrecht S.A. – em recuperação judicial, detentora da maioria do capital social abriu os trabalhos e nomeou o Sr. Kevin Altit, como presidente da Mesa e Simone Torres de Oliveira, como secretária. Antes de iniciar os trabalhos, o presidente da mesa registrou que o edital de convocação desta Assembleia contemplava sua realização em 27 de abril de 2020. Entretanto, por solicitação dos acionistas minoritários e tendo em vista a concordância de 100% dos acionistas, a instalação do conclave foi reagendada para ocorrer nesta data, independentemente de nova convocação, no mesmo horário, com a mesma ordem do dia.

**Deliberações – Em Assembleia Geral Ordinária:** Os Acionistas presentes tomaram as seguintes deliberações **A)** Autorizar: (i) Por unanimidade a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, ficando documentos, propostas, assim como declarações de voto e dissidências referidos nesta ata numerados sequencialmente, arquivados na sede da Companhia, na forma disposta no artigo 130, § 1º da Lei das S.A.; e (ii) por unanimidade a publicação da ata sem a assinatura dos acionistas; **B)** Aprovar, por unanimidade, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, nos termos do parecer emitido pelos auditores da Grant Thornton Auditores Independentes; **C)** Aprovar, por unanimidade, a destinação da totalidade do saldo de prejuízo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 321.285.587,72 (trezentos e vinte e um milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e dois centavos) para a conta de Prejuízos Acumulados; **D)** Tendo em vista o término dos mandatos de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, aprovar, por maioria dos votos, registrando a abstenção do acionista BNDESPAR, a composição do Colegiado até a AGO a se realizar em 2021, com 11 titulares, sendo que, nesta data os Acionistas deliberaram o preenchimento de 10 (dez) cadeiras e reservando-se a acionista Odebrecht S.A. – em recuperação judicial o direito de indicar o 11º integrante e seu suplente, conforme autoriza o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia, relativamente a alocação de vagas no Conselho de Administração, com o que os demais acionistas expressamente concordaram. O mandato será unificado de 01 (um) ano, iniciado nesta data, com término na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, sendo permitida a reeleição, conforme preceitua o artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. Em vista do exposto, o Conselho de Administração da Companhia passa a ter a seguinte composição: **Membros Titulares:** (i) **Presidente do Conselho de Administração – Luciano Nitri Guidolin**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, inscrito no CPF sob o nº 268.477.068-99, portador da cédula de identidade RG nº 23.655.5388 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, CEP 05501-050; (ii) **Vice-Presidente do Conselho de Administração – André Amaro da Silveira**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 520.609.346-72, portador da cédula de identidade RG nº 1238071 SSP/MG, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, CEP 05501-050; (iii) **Juliana Sá Vieira Baiardi**, brasileira, divorciada, engenheira, inscrita no CPF/MF sob o nº 930.530.705-10, portadora da carteira de identidade RG nº 05.650.159-58 SSP/BA, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte A, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; (iv) **Gilberto Braga**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 595.468.247-04, portador da cédula de identidade RG nº 04.722.037-1 SCC/RJ, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, com endereço comercial na Rua Uruguaiana nº 39 – 18º andar, Centro, Rio de Janeiro RJ – CEP 20.050-093; (v) **Antonio Marco Campos Rabello**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 560.381.355-53, portador da carteira de identidade RG nº 3938136-65 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 11º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; (vi) **Carlos Alexandre Jorge da Costa**, brasileiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 36405616 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 980.332.127-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço na Rua Itapaluana, 1.800, São Paulo-SP, CEP 05707-001; (vii) **Arnaldo Barbosa de Lima Junior**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 702.512.311-00, portador da cédula de identidade RG nº 1.977.762 Brasília/DF, residente e domiciliado na Cidade de Brasília-DF, com endereço comercial na Esplanada dos Ministérios, bloco L, Edifício Sede, 3º andar, sala 300, CEP 70.047-900; (viii) **Celso Leonardo Derzi de Jesus Barbosa**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 08693859-4 e inscrito no CPF/MF nº 013.633.087-85, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro-RJ, com endereço na Avenida Henfil nº 65/1806 dos Ministérios, Recreio, Rio de Janeiro CEP 22795-64; e (ix) **André Fernandes Berenguer**, brasileiro, divorciado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 127.759.138-57, portador da cédula de identidade RG nº 13.864.602-8 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Iguatemi, 448, 15º andar, São Paulo-SP, CEP 01451-010; (x) **Sr. Rogério Bautista da Nova Moreira**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 889.539.205-15, portador da carteira de identidade RG nº 59.064.834-2 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, CEP 05501-050; e (xi) **vago**; e **Membros suplentes:** (xii) **Mauro Motta Figueira**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, inscrito no CPF/MF sob o nº 115.134.858-90, portador da cédula de identidade RG nº 11.335.092-2 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, CEP 05501-050, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, como suplente do Sr. Luciano Nitri Guidolin; (xiii) **Aulizio da Rocha Coelho Neto**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 031.525.087-94, portador da cédula de identidade RG nº 923.502-ES SSP/ES, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, CEP 05501-050, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, como suplente da Sr. Antônio Marco Campos Rabello; e (xiv) **Thais Ricarte Peters**, brasileira, casada, economista, inscrita no CPF/MF sob o nº 715.348.651-87, portadora da cédula de identidade RG nº 2.427.500 Brasília/DF, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, ao cargo de suplente do Sr. Carlos Alexandre Jorge da Costa. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante a lavratura e assinatura de termo de posse no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Atendendo ao disposto no artigo 147 da Lei das S.A., os membros do Conselho de Administração ora eleitos declararam, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. A Companhia manterá arquivados os necessários comprovantes para atendimento de elegibilidade, reputação e capacidade, e/ou outros requisitos normativos/legais dos conselheiros de administração ora eleitos, em cumprimento ao artigo 147 da Lei 6.404/76. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** **A)** Aprovar, por maioria, a fixação de R\$ 6.405.000,00 como limite global para a remuneração anual dos administradores durante o exercício social de 2020, cuja individualização será feita pelo Conselho de Administração em conformidade com o disposto no Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi numerada e arquivada na sede da Companhia, e assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 15 de maio de 2020. Simone Torres de Oliveira – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 365.894/20-5 em 15/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Osprey 3 do Brasil Filtragem Industrial Ltda.

CNPJ/ME nº 20.236.057/0001-00 – NIRE 35.228.384.582

## Instrumento Particular de Distrato e Liquidação

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito: **1. Osprey 3 Ltd.**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Reino Unido, com sede em Kintore Business Park, Kintore, AB51 0VQ, Aberdeenshire, no Reino Unido, CNPJ/ME nº 19.619.029/0001-84, neste ato representada por seu procurador, Sr. **Leonardo Luis do Carmo**, RG nº 41.997.179-8 SSP/SP e CPF/ME nº 368.430.348-88, conforme procuração anexada ao processo de arquivamento do presente instrumento na JUCESP; e **2. Dirk Johannes Bal**, ("CRNM") nº V164391-1, CPF/ME nº 213.099.438-50, únicos sócios da sociedade empresária limitada **Osprey 3 do Brasil Filtragem Industrial Ltda.**, em conformidade com a deliberação tomada na Reunião das Sócios realizada nesta data, cuja ata será apresentada para arquivamento na JUCESP concomitantemente com o presente, têm entre si justo e contratado dissolver, liquidar e extinguir a referida sociedade, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e aceitam, a saber: **I.** Tendo em vista que não mais convém aos sócios a continuação da sociedade, fica, neste ato, dissolvida a **Osprey 3 Do Brasil Filtragem Industrial Ltda.**, com base no Balanço Patrimonial levantado em 31/07/2020, onde fica demonstrado que a sociedade não possui passivo a pagar e não possui ativo disponível, nada havendo a ser partilhado entre os sócios. Cópia do referido balanço, devidamente assinado pela sociedade e pelo contador responsável, é anexada ao presente como **Documento 1**, dele fazendo parte integrante para todos os fins de direito. **II.** Serão cancelados todos os registros e inscrições da sociedade junto às repartições públicas competentes. Os livros e demais documentos existentes da sociedade serão conservados, pelo prazo legal, em São Paulo-SP, na Rua Albuquerque Lima, 537, 16º Andar – Conjunto 16, Santa Cecilia, sob a responsabilidade do Sr. **Leonardo Medeiros Divino dos Santos**, RG nº 21.619.489-4 e CPF/ME nº 129.669.017-21. **III.** Os sócios **Osprey 3 Ltd.** e **Dirk Johannes Bal** obrigam-se a satisfazer integralmente todas as despesas e débitos que porventura vierem a ser exigidos da sociedade que ora se dissolve e é liquidada. **IV.** Os sócios, satisfeitos as condições acima pactuadas, por si e por seus sucessores, dão-se reciprocamente, plena, geral, ampla e irrevogável quitação, para nada mais reclamar uma da outra ou da sociedade, com fundamento no acordo de liquidação. **V.** Fica formalmente extinta, nesta data, para todos os efeitos, a **Osprey 3 Do Brasil Filtragem Industrial Ltda.** **VI.** O Sr. **Leonardo Medeiros Divino dos Santos** assina o presente instrumento manifestando concordância com o acima deliberado. **E, Por Ser a Expressão Da Verdade**, as partes assinam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma, na presença de 2 testemunhas. São Paulo, 31/08/2020, por **Osprey 3 Ltd.**: **Leonardo Luis do Carmo**, **Dirk Johannes Bal**. **De acordo:** **Leonardo Medeiros Divino dos Santos**. **Visto do Advogado:** **Rodrigo Nascimento Salem** OAB/SP nº 317237. JUCESP – Registrado sob o nº 410.435/20-0 em 05/10/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Odebrecht TransPort S.A.

CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86 – NIRE 35.300.381.548

## Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de junho de 2020

**Data, Hora e Local:** Em 04 de junho de 2020, às 15:00 horas, realizada de forma virtual. **Presença:** Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: Luciano Nitri Guidolin, Ruy Lemos Sampaio, André Amaro da Silveira, Rogério Bautista da Nova Moreira, Antônio Marco Campos Rabello, Juliana Sá Vieira Baiardi, Gilberto Braga, André Fernandes Berenguer, Carlos Alexandre Jorge da Costa, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior e Celso Leonardo Derzi de Jesus Barbosa. **Mesa:** Luciano Nitri Guidolin, **Presidente;** Simone Torres de Oliveira, **Secretária.** **Ordem do Dia: Matérias para deliberação:** (i) **PD.CA.OTP 10/20** – Odebrecht TransPort S.A. ("OTP") – Aprovação do Standstill da dívida da Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA" ou "Concessionária") e (ii) **Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.** **Deliberação:** 1) Após a devida análise da Proposta de Deliberação ("PD") constante da Ordem do Dia, cuja cópia e documento conexos à PD foram encaminhados previamente para conhecimento dos Conselheiros e permanecerão arquivados na sede da Companhia, os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, tomaram as seguintes deliberações: **Aprovada**, por unanimidade dos Conselheiros presentes, a **PD.CA.OTP 10/20** – Odebrecht TransPort S.A. ("OTP") – Aprovação da medida emergencial de suspensão de pagamentos oferecidas pelo BNDES "Standstill" da dívida da Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA" ou "Concessionária"); a suspensão temporária de pagamentos de principal e juros compensatórios, de 15/04/2020 até 15/09/2020, com capitalização no saldo devedor, a cada evento financeiro de vencimento abrangido pela mencionada suspensão, sem alteração do termo final do prazo de amortização da dívida nem da taxa de juros do Contrato Longo Prazo, cuja formalização se dará através de aditivo ao Contrato Longo Prazo; 2) Eleger, entre seus membros do Conselho de Administração eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 15.05.2020 e da Assembleia Geral Extraordinária de 21.05.2020 e em atenção ao disposto no Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, respectivamente os Srs.: (i) **Ruy Lemos Sampaio**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/ME sob o nº 006.488.415-53, portador da carteira de identidade RG nº 9.189.137-1 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, São Paulo-SP, CEP 05501-050, como Presidente; e (ii) **Antonio Marco Campos Rabello**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 560.381.355-53, portador da carteira de identidade RG nº 3938136-65 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 11º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, como Vice-Presidente. **Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 04 de junho de 2020. **Mesa:** Luciano Nitri Guidolin, **Presidente;** Simone Torres de Oliveira, **Secretária.** **Conselheiros:** Luciano Nitri Guidolin, Ruy Lemos Sampaio, André Amaro da Silveira, Rogério Bautista da Nova Moreira, Antônio Marco Campos Rabello, Juliana Sá Vieira Baiardi, Gilberto Braga, André Fernandes Berenguer, Carlos Alexandre Jorge da Costa, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior e Celso Leonardo Derzi de Jesus Barbosa. **Documentos Arquivados:** os documentos mencionados nesta Ata foram arquivados na sede da Companhia. **Certifico e dou fé** que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 04 de Junho de 2020. Simone Torres de Oliveira – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 365.896/20-2 em 15/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Odebrecht Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 21.626.030/0001-88 – NIRE 3530047428-7

## Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2020

**Data, Hora, Local:** realizada no dia 14 de fevereiro de 2020, às 16 horas, na sede da Odebrecht Rodovias S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, parte I, Butantã, CEP 05501-050. **Presença:** presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Sr. Adriano Chaves Jucá Rolim – Presidente e Leonardo Martins Franco – Secretário(a). **Ordem do Dia e Deliberações:** (i) **Matérias para deliberação:** Após a devida análise da Proposta de Deliberação ("PD") constante da Ordem do Dia, cuja cópia e documentos conexos à PD foram encaminhados previamente para conhecimento dos Conselheiros e permanecerão arquivados na sede da Companhia, os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, tomaram as seguintes deliberações: (a) aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário do fato ocorrido, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei nº 6.404/76; (b) **Aprovada**, nos seus exatos termos e condições, a **PD.CA.ODB Rodovias 01/20** – Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Cro") – Assinatura de Carta de Inação junto aos Fiadores – (i) a assinatura da Carta de Inação (Prazo da Carta de Inação 15/05/2020); (ii) aditamento dos Termos de Compromissos até 15/05/2020; (iii) o aditamento da Garantia Sobejo Concessionárias e Cash Sweep ODB Rodovias e demais instrumentos correlatos, mantidas e inalteradas as demais condições. (ii) **Matérias para conhecimento:** nada a registrar. (iii) **Matérias de interesse da Companhia:** nada a registrar. **Encerramento da Ata:** nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual foi lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 14 de fevereiro de 2020. **Mesa:** Adriano Chaves Jucá Rolim – Presidente e Leonardo Martins Franco – Secretário(a). **Conselheiros:** Rodrigo Barbosa Veloso, Hugo Gonçalves Vieira de Assunção, Adriano Chaves Jucá Rolim e Josimá Matos Guimarães **Documentos Arquivados:** os documentos mencionados nesta Ata foram arquivados na sede da Companhia. **Certifico e dou fé** que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 14 de fevereiro de 2020. **Leonardo Martins Franco** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 363.347/20-3 em 10/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Odebrecht Rodovias S.A.

CNPJ/MF nº 21.626.030/0001-88 – NIRE 35.300.474.287 – Subsidiária Integral

## Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de maio de 2020

**Data, hora e local:** Realizada no dia 22 do mês de maio de 2020, às 10:00 horas, virtualmente ("Companhia"). **Publicações:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, publicados no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no "Data Mercantil", ambos na edição de 30 de abril de 2020. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Júlio César Duarte Perdigão; e Secretária: Simone Torres de Oliveira. **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária:** (a) a tomada de contas dos Administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e (b) a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (c) a fixação da remuneração global da administração da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2020. **Deliberações:** Foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário, com a omissão das assinaturas da acionista na publicação, nos termos dos Parágrafos 1º e 2º Artigo 130 da Lei das S.A. Após examinadas e discutidas as matérias da Ordem do Dia, a única acionista da Companhia deliberou o seguinte, sem quaisquer ressalvas ou restrições: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (a) observada a exigência do Artigo 134, § 1º da Lei das S.A. e tomadas as contas dos Administradores com abstenção dos legalmente impedidos, foram aprovados, nos termos do artigo 132 da Lei das S.A., o Balanço Social e demais Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. A acionista declarou ter tomado conhecimento das referidas demonstrações financeiras da Companhia e considerou sanada, na forma do Artigo 133, § 4º da Lei das S.A., a falta de publicação dos anúncios sobre a disponibilização de referidos documentos e a inobservância dos prazos; e (b) aprovar a absorção do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 79.986.651,35 (setenta e nove milhões, novecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos) para a conta de Prejuízos Acumulados; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (c) fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2020 em até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). **Conselho Fiscal:** Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados, na sede da Companhia, os documentos referidos nesta Ata, após numerados seguidamente e autenticados pelos membros da Mesa. **Encerramento, lavratura, aprovação e assinatura da ata:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. Assinaturas: **Mesa:** Presidente: Júlio César Duarte Perdigão; e Secretária: Simone Torres de Oliveira. **Acionista:** Odebrecht TransPort S.A., p. Adriano Chaves Jucá Rolim e Rodrigo Barbosa Veloso. **Certifico e dou fé** que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 22 de maio de 2020. Simone Torres de Oliveira – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 396.663/20-5 em 22/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Bolsa fecha na mínima do dia, em baixa de 0,75%, mas avança 0,85% na semana

O Ibovespa perdeu a coroa do dia majoritariamente positivo na Europa e em Nova York, onde dados favoráveis sobre o varejo e a confiança do consumidor americano contribuíram para que Wall Street interrompesse perdas que haviam se estendido por três sessões. Na B3, mesmo com o estrangeiro de volta às compras neste mês até o dia 14, prevaleceram temores sobre a situação fiscal, que desperta a atenção do mercado para os vencimentos do Tesouro no primeiro quadrimestre de 2021 – a percepção começa a ser de que o BC precisará elevar os juros para atrair interesse ao financiamento da dívida.

Ao fim, o Ibovespa mostra perda de 0,75%, aos 98.309,12 pontos, na mínima da sessão, saindo de máxima a 99.171,96, com abertura a 99.054,06 pontos. Na semana, o ganho ficou limitado a 0,85%, ainda assim o segundo semanal consecutivo, colocando o avanço acumulado em outubro a 3,92% nesta virada para a segunda quinzena do mês, após perdas de 4,80% em setembro e de 3,44% ao longo de agosto. O giro financeiro desta sexta-feira foi de R\$ 22,5 bilhões.

“Seria interessante se o Copom, na próxima reunião, desse sinal sobre a possibilidade de aumento da Selic, apesar da tranquilidade que tem mostrado sobre a inflação. A sinalização contribuiria para acalmar o mercado e melhorar as condições para os vencimentos do primeiro trimestre, de R\$ 640 bilhões. A taxa de juros para janeiro de 2022 estava hoje em 3,4% ou 3,5%. Esta Selic a 2% não está servindo para muita coisa”, diz Marcelo Serrano, sócio-gestor da União Investimentos. “O mercado tem exigido prazos mais curtos e taxas maiores do governo, que tem sido obrigado a pagar mais, inclusive nas prefixadas.”

IstoéDinheiro

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa



Faça um orçamento conosco:

comercial  
@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com.br

www.datamercantil.com.br

# Publicidade Legal

**Odebrecht Transport S.A.**  
CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86 – NIRE 35.300.381.548

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 e 18 de março de 2020**  
**Dia, Hora e Local:** Instalada em 13 de março de 2020 e suspensa por 05 dias, com sua retomada em 18 de março de 2020, às 15:00 horas, de forma virtual. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, na forma do Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Ordem do Dia:** Eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia, indicado pelo FI-FGTS. **Mesa:** Adriano Chaves Juca Rolim – *Presidente*; Leonardo Martins Franco – *Secretário*. Antes de iniciarem-se os trabalhos do dia, os Acionistas tomaram conhecimento através de carta dirigida à Companhia da renúncia da Sra. Thais Ricarte Peters, ao cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia; e nesta oportunidade, agradeceram a atuação eficaz e competente dela no exercício de seu cargo. **Deliberações:** **1)** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculto o Artigo 130, § 1º da Lei das S.A.s; **2)** Aprovada, por maioria, a eleição do Sr. **Carlos Alexandre Jorge da Costa**, brasileiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 36405616 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 980.332.127-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço na Rua Itapaluana, 1.800, São Paulo-SP, CEP 05707-001; com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020, sendo permitida a reeleição, conforme preceitua o Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia como titular e a eleição da Sra. **Thais Ricarte Peters**, brasileira, casada, economista, inscrita no CPF/MF sob o nº 715.348.651-87, portadora da cédula de identidade nº 2.427.500 Brasília/DF, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo-SP como sua suplente. A acionista BNDESPAR encaminhou pedido à Companhia para que fosse registrada a sua abstenção quanto à deliberação da ordem do dia. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos serão investidos em seu cargo mediante a lavratura e assinatura dos termos de posse no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Atendendo ao disposto no artigo 147 da Lei das S.A.s, os membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercerem a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem, sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Diante do acima exposto, a composição do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, passa a ser a seguinte: **Membros Titulares:** **(i) Luciano Nitirini Guidolin**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, inscrito no CPF sob o nº 268.477.068-99, portador da cédula de identidade RG nº 23.655.5388 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, CEP 05501-050; **(ii) André Amaro da Silveira**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 520.609.346-72, portador da cédula de identidade RG nº 1238071 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, CEP 05501-050; **(iii) Juliana Sá Vieira Baiardi**, brasileira, divorciada, engenheira, inscrita no CPF/MF sob o nº 930.530.705-10, portadora da carteira de identidade RG nº 05.650.159-58 SSP/BA, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte A, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **(iv) Carla Gouveia Barretto**, brasileira, casada, administradora de empresas, inscrita no CPF/MF sob o nº 617.162.195-15, portadora da cédula de identidade RG nº 03.191.314-83 SSP/BA, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Realengo, 133, 141 Bloco A, Vila Madalena, CEP 05.451-030; **(v) Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 289.381.938-96, portador da cédula de identidade RG nº 24.799.096-6 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, CEP 05501-050; **(vi) Antonio Marco Campos Rabello**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 560.381.355-53, portador da carteira de identidade RG nº 3938136-65 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 11º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **(vii) Gilberto Braga**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 595.468.247-04, portador da cédula de identidade RG nº 04.722.037-1 SCC/RJ, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, com endereço comercial na Rua Uruguiana nº 39 – 18º andar, Centro, Rio de Janeiro RJ – CEP 20.050-093; e **(viii) Sonia Julia Sulzbeck Vialobos**, brasileira, casada, administradora, inscrita no CPF/MF sob o nº 022.306.678-82, portadora da cédula de identidade RG nº 8.417.132-7 SSP/SP, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Avenida Carlos Queiroz Telles nº 100, apto. 101, CEP 05704-150; **(ix) Arnaldo Barbosa de Lima Junior**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 702.512.311-00, portador da cédula de identidade RG nº 1.977.762 Brasília/DF, residente e domiciliado na Cidade de Brasília-DF, residente e domiciliado na Cidade de Brasília-DF, com endereço comercial na Esplanada dos Ministérios, bloco L, Edifício Sede, 3º andar, sala 300, CEP 70.047-900; e **(x) Carlos Alexandre Jorge da Costa**, brasileiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 36405616 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 980.332.127-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço na Rua Itapaluana, 1.800, São Paulo-SP, CEP 05707-001; e **Membros suplentes:** **(xi) Mauro Motta Figueira**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, inscrito no CPF/MF sob o nº 115.134.858-90, portador da cédula de identidade RG nº 11.335.092-2 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, CEP 05501-050, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, como suplente do Sr. Luciano Nitirini Guidolin; **(xii) Susan Barrio de Siqueira Campos**, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/MF sob o nº 283.038.528-41, portadora da cédula de identidade RG nº 32.374.204-x SSP/SP, residente e domiciliada na cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, CEP 05501-050, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, como suplente do Sr. André Amaro da Silveira; **(xiii) Aluizio da Rocha Coelho Neto**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 031.525.087-94, portador da cédula de identidade RG nº 923.502-ES SSP/ES, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, CEP 05501-050, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, como suplente da Sra. Carla Gouveia Barretto; e **(xiii) Thais Ricarte Peters**, brasileira, casada, economista, inscrita no CPF/MF sob o nº 715.348.651-87, portadora da cédula de identidade nº 2.427.500 Brasília/DF, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, São Paulo-SP, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, como suplente do Sr. Carlos Alexandre Jorge da Costa. A Companhia deverá manter arquivados os necessários comprovantes para atendimento de elegibilidade, reputação e capacidade, e/ou outros requisitos normativos/legais dos conselheiros ora eleitos, em cumprimento ao artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. **Quorum das Deliberações:** Todas as deliberações foram aprovadas por maioria das acionistas presentes, sendo que a acionista BNDESPAR encaminhou pedido à Companhia para que fosse registrada a sua abstenção quanto à deliberação da ordem do dia. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo/SP. **Mesa:** Adriano Chaves Juca Rolim – *Presidente*; Leonardo Martins Franco – *Secretário*. **Acionistas:** **Odebrecht S.A.**, representada por Ruy Lemos Sampaio e Rogério Bautista da Nova Moreira; **Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS**, representada por Fabiano Penna Zimmermann, RG 10.948.670-SSP/MG e Sr. João Paulo Vargas da Silveira; e **BNDES Participações S.A. – BNDESPAR**, representada por Erik Krauthamer Lyra. São Paulo/SP, 18 de março de 2020. Leonardo Martins Franco – *Secretário*. JUCESP – Registrado sob o nº 365.555/20-4 em 15/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – *Secretária Geral*.

**Odebrecht Transport S.A.**  
CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86 – NIRE 3530038154-8

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de maio de 2020**  
**Dia, Hora e Local:** Instalada em 21 de maio de 2020, às 10:00 horas, realizada de forma virtual por videoconferência, com a utilização do sistema *Microsoft Teams*, que permite a identificação de acionistas, registro de manifestações, transmissão de documentos e apresentações e gravação do concluído em áudio. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Em atenção ao disposto no artigo 124, § 1º, inciso I, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), foi publicado Edital de Convocação nos seguintes jornais: (i) "Diário Oficial do Estado de São Paulo", seção empresarial, páginas 31, 12 e 51, nas edições de 13, 14 e 15 de maio de 2020, respectivamente, e (ii) "Diário de Notícias", páginas 06, 06 e 06, nas edições de 13, 14 e 15 de maio de 2020, respectivamente. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Abertura:** A acionista Odebrecht S.A. em recuperação judicial, detentora da maioria do capital iniciou os trabalhos nomeando a representante Naiara Erthal Assad como presidente que nomeou Simone Torres de Oliveira como secretária. Antes de iniciar os trabalhos, a presidente da mesa registrou que foi retirado da pauta o item ii do edital por se tratar de matéria de Conselho de Administração. **Ordem do Dia:** Eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia, indicado pela Odebrecht S.A. – em recuperação judicial. **Mesa:** Naiara Erthal Assad – *Presidente*; Simone Torres de Oliveira – *Secretária*. **Deliberações:** **1)** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculto o Artigo 130, § 1º da Lei das S.A., bem como a publicação sem a assinatura dos acionistas. **2)** Aprovada, por maioria, a eleição do Sr. **Ruy Lemos Sampaio**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/ME sob o nº 006.488.415-53, portador da carteira de identidade RG nº 9.189.137-1 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, São Paulo-SP, CEP 05501-050, com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2021, sendo permitida a reeleição, conforme preceitua o Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia como titular. O membro do Conselho de Administração ora eleito será investido em seu cargo mediante a lavratura e assinatura do termo de posse no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Atendendo ao disposto no art. 147 da Lei das S.A., o membro do Conselho de Administração ora eleito declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar, sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Diante do acima exposto, a composição do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, passa a ser a seguinte: **Membros Titulares:** **(i) Presidente do Conselho de Administração – Luciano Nitirini Guidolin**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, inscrito no CPF sob o nº 268.477.068-99, portador da cédula de identidade RG nº 23.655.5388 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, CEP 05501-050; **(ii) Vice-Presidente do Conselho de Administração – André Amaro da Silveira**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 520.609.346-72, portador da cédula de identidade RG nº 1238071 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, CEP 05501-050; **(iii) Juliana Sá Vieira Baiardi**, brasileira, divorciada, engenheira, inscrita no CPF/MF sob o nº 930.530.705-10, portadora da carteira de identidade RG nº 05.650.159-58 SSP/BA, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 8º andar, Parte A, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **(iv) Gilberto Braga**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 595.468.247-04, portador da cédula de identidade RG nº 04.722.037-1 SCC/RJ, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, com endereço comercial na Rua Uruguiana nº 39 – 18º andar, Centro, Rio de Janeiro RJ – CEP 20.050-093; **(v) Antonio Marco Campos Rabello**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/ME sob o nº 560.381.355-53, portador da carteira de identidade RG nº 3938136-65 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 11º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050; **(vi) Carlos Alexandre Jorge da Costa**, brasileiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 36405616 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 980.332.127-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço na Rua Itapaluana, 1.800, São Paulo-SP, CEP 05707-001; **(vii) Arnaldo Barbosa de Lima Junior**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 702.512.311-00, portador da cédula de identidade RG nº 1.977.762 Brasília/DF, residente e domiciliado na Cidade de Brasília-DF, com endereço comercial na Esplanada dos Ministérios, bloco L, Edifício Sede, 3º andar, sala 300, CEP 70.047-900; **(viii) Celso Leonardo Derzi de Jesus Barbosa**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 08693859-4 e inscrito no CPF/MF nº 013.633.087-85, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro-RJ, com endereço na Avenida Henfil nº 65/1806 dos Ministérios, Recreio, Rio de Janeiro CEP 22795-64; e **(ix) André Fernandes Berenguer**, brasileiro, divorciado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 127.759.138-57, portador da cédula de identidade RG nº 13.864.602-8 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Iguatemi, 448, 15º andar, São Paulo-SP, CEP 01451-010; **(x) Sr. Rogério Bautista da Nova Moreira**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 889.539.205-15, portador da carteira de identidade RG nº 59.064.834-2 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, CEP 05501-050; e **(xi) Sr. Ruy Lemos Sampaio**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/ME sob o nº 006.488.415-53, portador da carteira de identidade RG nº 9.189.137-1 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Butantã, São Paulo-SP, CEP 05501-050; e **Membros suplentes:** **Mauro Motta Figueira**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, inscrito no CPF/MF sob o nº 115.134.858-90, portador da cédula de identidade RG nº 11.335.092-2 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, CEP 05501-050, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, como suplente do Sr. Luciano Nitirini Guidolin; **Aluizio da Rocha Coelho NETO**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 031.525.087-94, portador da cédula de identidade RG nº 923.502-ES SSP/ES, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 16º andar, Butantã, CEP 05501-050, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, como suplente da Sr. Carla Gouveia Barretto; e **Thais Ricarte Peters**, brasileira, casada, economista, inscrita no CPF/MF sob o nº 715.348.651-87, portadora da cédula de identidade RG nº 2.427.500 Brasília/DF, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo-SP, com endereço comercial na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar, Bela Vista, ao cargo de suplente do Sr. Carlos Alexandre Jorge da Costa. A Companhia deverá manter arquivados os necessários comprovantes para atendimento de elegibilidade, reputação e capacidade, e/ou outros requisitos normativos/legais dos conselheiros ora eleitos, em cumprimento ao artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. **Quorum das Deliberações:** Todas as deliberações foram aprovadas por maioria dos votos dos acionistas presentes. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo/SP. **Mesa:** Naiara Erthal Assad – *Presidente*; Simone Torres de Oliveira – *Secretária*. **Acionistas:** **Odebrecht S.A. em recuperação judicial** – Naiara Erthal Assad; **Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS**, representada pelos Senhores Moacyr Ligabo Junior e Fabiano Penna Zimmermann **BNDES Participações S.A. – BNDESPAR**, representada pelos Senhores Renan Torres Fernandes e Leonardo Jose da Silva Neves Gonzaga. São Paulo/SP, 21 de maio de 2020. Simone Torres de Oliveira – *Secretária*. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 365.895/20-9 em 15/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – *Secretária Geral*.

## DÓLAR

compra/venda  
Câmbio livre BC - R\$ 5,6220 / R\$ 5,6226 \*\*  
Câmbio livre mercado - R\$ 5,6430 / R\$ 5,6450 \*  
Turismo - R\$ 5,620 / R\$ 5,793

(\* ) cotação média do mercado  
(\*\* ) cotação do Banco Central

Varição do câmbio livre mercado no dia: 0,330%

## OURO BM&F

R\$ 342,00

## BOLSAS

Bovespa (Ibovespa)

Varição: -0,75%

Pontos: 98.309

Volume financeiro: R\$ 22,305 bilhões

Maiores altas: Braskem PN (5,58%), Suzano ON (4,61%), Usiminas PN (4,33%)

Maiores baixas: Cogna ON (-4,17%), Yduqs ON (-3,30%), Santander UNT (-3,12%)

S&P 500 (Nova York):

0,01%

Dow Jones (Nova York):

0,39%

Nasdaq (Nova York):

-0,36%

CAC 40 (Paris): 2,04%

Dax 30 (Frankfurt):

1,62%

Financial 100 (Londres):

1,49%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,41%

Hang Seng (Hong Kong):

0,94%

Shanghai Composite (Xangai):

0,13%

CSI 300 (Xangai e Shenzhen):

-0,15%

Merval (Buenos Aires):

1,63%

IPC (México): -0,48%

## Dólar sobe 2% na semana e vai a R\$ 5,64 com risco fiscal do Brasil



O dólar fechou a semana com valorização de 2,12%, após acumular perdas na semana passada. Preocupações com a situação fiscal do Brasil voltaram a pesar e a impedir melhora do real, mesmo com o exterior positivo, como foi nesta sexta-feira, dia que marcou a quarta alta seguida da moeda americana no mercado doméstico. O dólar caiu ante a maioria das moedas mundiais, mas subiu no Brasil, em meio às crescentes dúvidas sobre o respeito ao teto de gastos em 2021 e ainda a discussão sobre o elevado montante de vencimento da dívida pública no começo do próximo ano. No fechamento, o dólar à vista encerrou a sexta-feira, 16, em R\$ 5,6450, com alta de 0,34%. No ano, a moeda americana sobe 40,7%. No

mercado futuro, o dólar com liquidação para novembro subia 0,54% às 17h, negociado em R\$ 5,6465.

JPMorgan, Citigroup, Société Générale, Commerzbank, Barclays e Bank of America estão entre os bancos internacionais que fizeram alertas recentes sobre a situação fiscal do Brasil a seus clientes. “Incertezas fiscais provavelmente vão permanecer no foco no Brasil e na África do Sul”, comentam os economistas do inglês Barclays. Em Nova York, os estrategistas do Citi avaliam que o risco fiscal está contendo a apreciação do real. O banco americano calcula que a moeda brasileira está 15% mais depreciada do que sugerem os fundamentos globais da economia brasileira.

IsotóDinheiro

# Publicidade Legal

**Método Engenharia S.A.**  
CNPJ/ME nº 58.700.428/0001-27 – NIRE em transformação

**Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de outubro de 2020**

**1. Data, Hora e Local:** Aos dias 16 de mês de outubro de 2020, às 09:00 horas, na sede social do Método Engenharia S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Professor José Lannes, nº 40, 1º andar, Brooklin Novo, CEP 04571-100. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada, ("Lei das Sociedades por Ações"), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social votante, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidida pelo Sr. Hugo Vinicius Scherer Marques da Rosa e secretariada pelo Sr. Bruno Cezar Aiello de Moraes. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); (ii) autorização para realização, e a consequente submissão do pedido de registro na CVM, de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") ("Oferta"); (iii) a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e a adesão da Companhia ao segmento de listagem especial da B3 designado Novo Mercado ("Novo Mercado"); e (iv) a autorização aos membros da administração da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados. **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram aprovadas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar a abertura de capital da Companhia e a consequente submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480; **5.2.** Aprovar a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e que será coordenada pelas instituições financeiras contratadas para atuar na Oferta ("Coordenadores da Oferta"); **5.2.1.** Nos termos do artigo 14, § 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), poderá ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Ações Adicionais"). Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais, poderá ser acrescida em até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("Ações Suplementares"). **5.2.2.** A quantidade de Ações a serem emitidas/alienadas na Oferta será definida posteriormente e o preço por ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding. **5.2.3.** Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta. **5.2.4.** As demais características da Oferta constarão dos prospectos a serem arquivados na CVM, bem como no Contrato de Distribuição e demais documentos e anúncios da Oferta aplicáveis. **5.3.** Aprovar a submissão do pedido de registro da Companhia junto à B3 e adesão ao Novo Mercado, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, autorizando a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias junto a B3 para a formalização da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado e a admissão de valores mobiliários de sua emissão à negociação. **5.4.** Autorizar os membros da administração da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados e, para tanto, os Diretores da Companhia ficam investidos de plenos poderes para tomar e praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à consecução da Oferta, em especial, de poderes de representação da Companhia junto à CVM, ao Banco Central do Brasil, à B3 e à ANBIMA, podendo praticar todos e quaisquer atos perante essas e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados à Oferta e repudidos necessários ou convenientes para a realização da mesma. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. **Mesa:** Hugo Vinicius Scherer Marques da Rosa – Presidente; Bruno Cezar Aiello de Moraes – Secretário. **Acionistas presentes:** Método Administração Participações Ltda. por seu Administrador Sr. Hugo Vinicius Scherer Marques da Rosa; e HMR Administração de Bens Ltda. por seu Diretor Sr. Hugo Vinicius Scherer Marques da Rosa. Conferir com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 16 de outubro de 2020. **Mesa:** Hugo Vinicius Scherer Marques da Rosa – Presidente; Bruno Cezar Aiello de Moraes – Secretário.

**Stellar Participações S.A.**  
CNPJ/ME nº 30.821.724/0001-67 – NIRE 35.300.533.461

**Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de junho de 2020**

**Data, Hora e Local:** No dia 30/06/2020, às 14 horas, na sede social. **Convocação e Quórum:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **Publicações:** Conforme previsto no artigo 133 da LSA, as demonstrações financeiras e documentos da administração, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019, foram publicados no DOE-SP e no Jornal Data Mercantil, em 30/04/2020 (Anexo I), e encontram-se arquivados na sede social da Companhia. **Mesa:** Gabriel Nascimento Pinto – Presidente; Giacomo Luiz Maria Oliveira Grezzana – Secretário. **Documentos Lidos, Rubricados pelos Membros da Mesa e Arquivados na Sede Social da Companhia:** Demonstrações financeiras e documentos da administração da Companhia, referentes ao exercício social em 31/12/2019 (Anexo I); e Proposta da Diretoria para destinação do resultado do exercício (Anexo II). **Regularidade da Assembleia-Geral:** Atendidas todas as formalidades de convocação, presença e disponibilização de documentos e informações aos acionistas a respeito das matérias da ordem do dia, declarou-se atendidas todas as formalidades legais e instalada a AGO da Companhia. **Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos Diretores da Companhia; examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e documentos da administração referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2019. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: (i) **Considerar instalada** regularmente a AGO, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, § 1º, da LSA; (ii) **Considerar sanada**, na forma do artigo 133, § 4º, da LSA, a falta de publicação dos anúncios exigidos pelo artigo 133 da LSA, em virtude da presença da totalidade dos acionistas e da publicação prévia das demonstrações financeiras e documentos da administração relativos ao exercício encerrado em 31/12/2019; (iii) **Aprovar** as contas dos Diretores e as demonstrações financeiras, bem como os demais documentos da administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019, os quais foram lidos, examinados e discutidos durante a assembleia-geral; (iv) **Aprovar**, de acordo com a Proposta da Diretoria, a não distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia, eis que a Companhia apresentou prejuízo no exercício social findo em 31/12/2019, no valor total de R\$236.141.417,00, os quais passaram a compor a conta de prejuízos acumulados, restando, após tal deliberação, um saldo na conta de prejuízos acumulados de R\$289.751.078,96. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia. São Paulo, 30/06/2020. Assinaturas: Mesa: Gabriel Nascimento Pinto – Presidente; Giacomo Luiz Maria Oliveira Grezzana – Secretário. JUCESP nº 405.234/20-0 em 01/10/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Stellar Participações S.A.**  
CNPJ/ME nº 30.821.724/0001-67 – NIRE 35.300.533.461

**Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de fevereiro de 2020**

**Data, Hora e Local:** No dia 18/02/2020, às 14h00, na sede social da Companhia. **Convocação e Quórum:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Publicações:** As demonstrações financeiras e documentos da administração, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018, foram publicados no DOE-SP (Caderno Empresarial) e no Jornal Gazeta de São Paulo, ambos na data de 12/09/2019, respectivamente (Anexo I), e encontram-se arquivados na sede social da Companhia. **Mesa:** Gabriel Nascimento Pinto – Presidente; Giacomo Luiz Maria Oliveira Grezzana – Secretário. **Documentos lidos, rubricados pelos membros da mesa e arquivados na sede social da Companhia:** Demonstrações financeiras e documentos da administração da Companhia, referentes ao exercício social em 31/12/2018 (Anexo I); e Proposta da Diretoria para destinação do resultado do exercício (Anexo II). **Regularidade da Assembleia-Geral:** Atendidas todas as formalidades de convocação, presença e disponibilização de documentos e informações aos acionistas a respeito das matérias da ordem do dia, declarou-se atendidas todas as formalidades legais e instalada a AGO da Companhia. **Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos Diretores da Companhia; examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e documentos da administração referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2018. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade: (i) **Considerar instalada** regularmente a AGO, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, § 1º, da LSA; (ii) **Considerar sanada**, na forma do artigo 133, § 4º, da LSA, a falta de publicação dos anúncios exigidos pelo artigo 133 da LSA, em virtude da presença da totalidade dos acionistas e da publicação prévia das demonstrações financeiras e documentos da administração relativos ao exercício encerrado em 31/12/2018; (iii) **Aprovar** as contas dos Diretores e as demonstrações financeiras, bem como os demais documentos da administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018, os quais foram lidos, examinados e discutidos durante a assembleia-geral; (iv) **Aprovar**, de acordo com a Proposta da Diretoria, a não distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia, eis que a Companhia apresentou prejuízo no exercício social findo em 31/12/2018, no valor total de R\$ 53.610.000,00, os quais passaram a compor a conta de prejuízos acumulados, restando, após tal deliberação, um saldo na conta de prejuízos acumulados de R\$ 53.610.000,00. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 18/02/2020. Mesa: Gabriel Nascimento Pinto – Presidente; Giacomo Luiz Maria Oliveira Grezzana – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 152.081/20-3 em 18/03/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Stellar Participações S.A.**  
CNPJ/ME nº 30.821.724/0001-67 – NIRE 35.300.533.461

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2020**

Instalada com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, independentemente de convocação, **Gabriel Nascimento Pinto** – Presidente; **Giacomo L. M. Oliveira Grezzana** – Secretário, realizou-se às 10 horas do dia 18/06/2020, na sede social, na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: (a) **aprovar e ratificar**, nos termos do Artigo 16 do Estatuto Social e em complemento à autorização concedida por meio da Ata de Reunião de Sócios, realizada em 14/11/2018, a prestação de aval e a emissão das seguintes Notas Promissórias no âmbito do *Credit Agreement*, celebrado com o Citibank, N.A. et al. em 20/12/2018: (i) Nota Promissória no montante de US\$5.574.193,20 emitida em 28/05/2020 pela Ascenty Data Centers & Telecomunicações S.A.; (ii) Nota Promissória no montante de US\$6.193.548,00 emitida em 21/02/2020 pela Ascenty Data Centers & Telecomunicações S.A.; e (iii) Nota Promissória no montante de US\$27.155.390,96 emitida em 28/05/2020 pela Stellar Participações S.A.; e (b) **autorizar** os Diretores e/ou procuradores da Companhia a proceder com todos os atos relacionados e necessários à emissão das Notas Promissórias e a prestar os avals, incluindo a autorização para assinar os documentos solicitados pelo credor em relação às matérias ora aprovadas. Os termos desta ata foram aprovados pelos acionistas presentes, que a subscrevem. São Paulo, 29/06/2020. Assinaturas: Mesa: Gabriel Nascimento Pinto – Presidente; Giacomo L. M. Oliveira Grezzana – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 286.305/20-3 em 05/08/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Stellar Participações S.A.**  
CNPJ/ME nº 30.821.724/0001-67 – NIRE 35.300.533.461

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de janeiro de 2020**

Instalada com a presença da totalidade do capital social, independentemente de convocação, **Gabriel Nascimento Pinto** – Presidente; **Giacomo L. M. Oliveira Grezzana** – Secretário, realizou-se às 10 horas do dia 08/01/2020, na sede social. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: (a) **aprovar**, de acordo com a Proposta da Diretoria anexa à presente ata como **Documento I**, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia, o aumento do capital social da Companhia, atualmente de R\$ 4.756.886.807,00 para R\$ 4.876.438.507,00, um aumento, portanto, de R\$ 119.551.700,00, mediante a emissão de 75.533.041 novas ações ordinárias e 56.024.055 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, a serem subscritas e integralizadas nas seguintes condições: (i) o preço de emissão por ação de R\$ 0,9087438 referente às novas ações ordinárias e preferenciais foi fixado levando-se em consideração o valor patrimonial das ações, de acordo com o último balanço disponível levantado em 30/11/2019, nos termos do inciso II do § 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada; (ii) o valor total do preço de emissão das novas ações será destinado ao aumento de capital social da Companhia; e (iii) as novas ações ordinárias e preferenciais serão subscrietas pelos acionistas, nos termos do Boletim de Subscrição anexo à presente ata como **Documento II**, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia, a saber: (iii.1) 49.093.951 ações ordinárias, pelo preço total de emissão de R\$ 44.613.825,20, todas nominativas e sem valor nominal, pela acionista **Stellar Canada Holding, LLC**; (iii.2) 13.006.117 ações ordinárias e 27.559.776 ações preferenciais, pelo preço total de emissão das ações ordinárias e preferenciais de R\$ 36.864.005,43, todas nominativas e sem valor nominal, pela acionista **Data Infrastructure Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**; e (iii.3) 13.432.973 ações ordinárias e 28.464.279 ações preferenciais, pelo preço total de emissão das ações ordinárias e preferenciais de R\$ 38.073.869,37, todas nominativas e sem valor nominal, pela acionista **Digital Stellar Sub, LLC**; (iv) a integralização dos lotes de 75.533.041 novas ações ordinárias e 56.024.055 novas ações preferenciais é feita na presente data, em moeda corrente nacional, nos termos do Boletim de Subscrição anexo; (b) **consignar** que os atuais acionistas da Companhia renunciaram expressamente, de forma irrevogável e irretirável, aos seus respectivos direitos de preferência para a subscrição das novas ações ordinárias e preferenciais emitidas pela Companhia, nos termos da presente ata; (c) **aprovar** expressamente o Boletim de Subscrição mencionado no item "iii" acima, e declarar formalmente aprovado o aumento de capital, mediante a emissão das referidas novas ações ordinárias e preferenciais; (d) **aprovar**, em decorrência das deliberações acima, a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º: O capital social é de R\$4.876.438.507,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 2.509.961.307 ações ordinárias e 2.502.803.414 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal**"; e (e) **autorizar** os Diretores e/ou procuradores da Companhia a praticarem todos os atos e a assinarem todos e quaisquer documentos necessários e convenientes para a implementação do aumento do capital social acima deliberado. Os termos desta ata foram aprovados pelos acionistas presentes. São Paulo, 08/01/2020. Assinaturas: Mesa: Gabriel Nascimento Pinto – Presidente; Giacomo L. M. Oliveira Grezzana – Secretário. JUCESP nº 75.147/20-8 em 06/02/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Moinho Água Branca S.A.**  
CNPJ/MF nº 61.157.723/0001-93 – NIRE 35.300.041.330

**Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária**

**Data, Hora e Local:** 27/08/2020, 11 horas, na sede social. Presente acionista representando mais de 2/3 do capital. **Mesa:** José Hlavnicka – Presidente; Ivan Soldan Salama – Secretário. Edital de convocação publicado no DOE-SP e no Data Mercantil nos dias 18, 19 e 20/08/2020. **Deliberações:** aprovadas as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2019; deliberado que o lucro verificado será destinado à compensação de prejuízos acumulados de exercícios anteriores; fixada a remuneração dos Diretores. **Acionistas presentes:** Litex Trading Sociedad Anónima. JUCESP – Registrado sob o nº 402.500/20-9 em 30/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Stellar Participações S.A.**  
CNPJ/ME nº 30.821.724/0001-67 – NIRE 35.300.533.461

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/06/2020**

A AGE da Companhia, instalada com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. **Gabriel Nascimento Pinto** e secretariada pelo Sr. **Giacomo L. M. Oliveira Grezzana** realizou-se às 10 hrs. do dia 18/06/2020, na sede social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.611, conjunto 318 – parte A, São Paulo-SP. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: (a) **aprovar**, de acordo com a Proposta da Diretoria anexa à presente ata como **Documento I**, o aumento do capital social da Companhia, de R\$ 5.037.099.077,00 para R\$ 5.106.487.943,00, um aumento de R\$ 69.388.866,00, mediante a emissão de 51.257.484 novas ações ordinárias e 38.791.973 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, a serem subscritas e integralizadas nas seguintes condições: (i) o preço de emissão por ação de R\$ 0,7705639 referente às novas ações ordinárias e preferenciais foi fixado levando-se em consideração o valor patrimonial das ações, de acordo com o último balanço disponível da Companhia levantado em 31/05/2020; (ii) o valor total do preço de emissão das novas ações será destinado ao aumento de capital social da Companhia; e (iii) as novas ações ordinárias e preferenciais serão subscrietas pelos acionistas, nos termos do Boletim de Subscrição anexo à presente ata como **Documento II**, a saber: (iii.1) 32.950.627 ações ordinárias, pelo preço total de emissão de R\$ 25.390.565,66, todas nominativas e sem valor nominal, pela acionista **Stellar Canada Holding, LLC**; (iii.2) 9.005.647 ações ordinárias e 19.082.840 ações preferenciais, pelo preço total de emissão das ações ordinárias e preferenciais de R\$ 21.643.976,26, todas nominativas e sem valor nominal, pela acionista **Data Infrastructure Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**; e (iii.3) 9.301.210 ações ordinárias e 19.709.133 ações preferenciais, pelo preço total de emissão das ações ordinárias e preferenciais de R\$ 22.354.324,08, todas nominativas e sem valor nominal, pela acionista **Digital Stellar Sub, LLC**; (iv) a integralização dos lotes de 51.257.484 novas ações ordinárias e 38.791.973 novas ações preferenciais será feita até o dia 22/06/2020, em moeda corrente nacional, nos termos dos Boletins de Subscrição anexos; (b) **consignar** que os atuais acionistas da Companhia renunciaram expressamente aos seus respectivos direitos de preferência para a subscrição das novas ações ordinárias e preferenciais emitidas pela Companhia; (c) **aprovar** o Boletim de Subscrição mencionado no item "iii" acima, e declarar formalmente aprovado o aumento de capital, mediante a emissão das referidas novas ações ordinárias e preferenciais; (d) **aprovar** a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º: O capital social é de R\$ 5.106.487.943,00, totalmente subscrito, dividido em 2.662.046.989 ações ordinárias e 2.502.803.414 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal**"; e (e) **autorizar** os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para a implementação do aumento do capital social acima deliberado. São Paulo, 18/06/2020. Mesa: Gabriel Nascimento Pinto – Presidente; Giacomo L. M. Oliveira Grezzana – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 273.440/20-2 em 27/07/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Stellar Participações S.A.**  
CNPJ/ME nº 30.821.724/0001-67 – NIRE 35.300.533.461

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de março de 2020**

A AGE da Companhia, instalada com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. **Gabriel Nascimento Pinto** e secretariada pelo Sr. **Giacomo L. M. Oliveira Grezzana** realizou-se às 10h00 do dia 16/03/2020, na sede social. **Ordem do Dia:** As seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: (a) **aprovar**, de acordo com a Proposta da Diretoria anexa à presente ata como **Documento I**, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia, o aumento do capital social da Companhia, atualmente de R\$ 4.876.438.507,00 para R\$ 5.037.099.077,00, um aumento, portanto, de R\$ 160.660.570,00, mediante a emissão de 100.828.198 novas ações ordinárias e 75.891.655 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, a serem subscritas e integralizadas nas seguintes condições: (i) o preço de emissão por ação de R\$ 0,9091257 referente às novas ações ordinárias e preferenciais foi fixado levando-se em consideração o valor patrimonial das ações, de acordo com o último balanço disponível da Companhia levantado em 31/01/2020, nos termos do inciso II do § 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada; (ii) o valor total do preço de emissão das novas ações será destinado ao aumento de capital social da Companhia; e (iii) as novas ações ordinárias e preferenciais serão subscrietas pelos acionistas, nos termos do Boletim de Subscrição anexo à presente ata como **Documento II**, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia, a saber: (iii.1) 65.013.113 ações ordinárias, pelo preço total de emissão de R\$ 59.105.095,78, todas nominativas e sem valor nominal, pela acionista **Stellar Canada Holding, LLC**; (iii.2) 17.618.427 ações ordinárias e 37.333.196 ações preferenciais, pelo preço total de emissão das ações ordinárias e preferenciais de R\$ 49.957.936,03, todas nominativas e sem valor nominal, pela acionista **Data Infrastructure Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**; e (iii.3) 18.196.658 ações ordinárias e 38.558.459 ações preferenciais, pelo preço total de emissão das ações ordinárias e preferenciais de R\$ 51.597.538,19, todas nominativas e sem valor nominal, pela acionista **Digital Stellar Sub, LLC**; (iv) a integralização dos lotes de 100.828.198 novas ações ordinárias e 75.891.655 novas ações preferenciais será feita até o dia 18/03/2020, em moeda corrente nacional, nos termos dos Boletins de Subscrição anexos; (b) **consignar** que os atuais acionistas da Companhia renunciaram expressamente, de forma irrevogável e irretirável, aos seus respectivos direitos de preferência para a subscrição das novas ações ordinárias e preferenciais emitidas pela Companhia, nos termos da presente ata; (c) **aprovar** expressamente o Boletim de Subscrição mencionado no item "iii" acima, e declarar formalmente aprovado o aumento de capital, mediante a emissão das referidas novas ações ordinárias e preferenciais; (d) **aprovar**, em decorrência das deliberações acima, a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º – O capital social é de R\$5.037.099.077,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 2.610.789.505 ações ordinárias e 2.464.011.441 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal**"; e (e) **autorizar** os Diretores e/ou procuradores da Companhia a praticarem todos os atos e a assinarem todos e quaisquer documentos necessários e convenientes para a implementação do aumento do capital social acima deliberado. Os termos desta ata foram aprovados pelos acionistas presentes, que a subscrevem. São Paulo, 16/03/2020. Mesa: **Gabriel Nascimento Pinto** – Presidente; **Giacomo L. M. Oliveira Grezzana** – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 214.747/20-7 em 24/06/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Terras Dourados Empreendimento Imobiliário SPE S.A.**  
CNPJ/MF nº 17.233.012/0001-69 / NIRE nº 3530045464-2

**Edital de Convocação – AGO:** Ficam convocados os acionistas da Cia para AGO a se realizar no dia 19/11/2020, às 17:30 horas em primeira convocação na Av. Paulista, nº 2029, 10º andar, Bela Vista - São Paulo – SP, para deliberação sobre: (i) Apreciação das demonstrações financeiras e contas dos atuais administradores, relativas ao exercício social findo em 31/12/2019, bem como a destinação do lucro e distribuição de dividendos; (ii) Composição e eleição de diretoria. Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Cia os documentos a que se referem o Artigo 133 da Lei 6404/76. Diretores - Lídio Guerra, Glauce dos Madrigais Arnone. (17, 20 e 21/10/2020)

## Juros fecham em alta com piora do câmbio, tensão fiscal e pressão sobre a dívida



Os juros futuros não sustentaram à tarde o movimento de queda visto até o final da manhã e fecharam a sexta-feira, 16, em alta, retomando a tendência que o mercado considera como “natural” em meio ao cenário fiscal incerto e à forte pressão sobre a dívida pública. As taxas pioraram junto com o real, com o dólar se firmando acima dos R\$ 5,60 na etapa vespertina e o mercado evitando passar o fim de semana exposto ao risco prefixado. Os vértices mais afetados foram os contratos curtos e os do miolo da curva, onde estão localizadas as grandes posições sujeitas tanto ao risco fiscal quanto à mudança na política monetária e também que coincidem com as ofertas do Tesouro.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 encerrou na máxima de 4,82%, de 4,695% ontem no ajuste. O DI para janeiro de 2022 encerrou em 3,38%, 3,315% ontem, e o DI para janeiro de 2025 fechou com taxa em 6,64%, de 6,595% ontem. A taxa do DI para janeiro de 2027 subiu de 7,534% para 7,57%.

Após uma manhã marcada pela volatilidade, os juros começaram a tarde em queda moderada, enquanto o dólar ainda hesitava perto da estabilidade, mas na medida em que a moeda americana passou a ganhar força a curva também reagiu. “Não tivemos nada de novo à tarde, é mesmo o câmbio servindo de proxy para os DIs”, disse o economista-chefe da Infinity Asset, Jason Vieira.

Confira no nosso site as principais notícias do dia:  
[www.datamercantil.com.br](http://www.datamercantil.com.br)

## “Não adianta ser sustentável se o resto do país não é”, diz BRF



Nas reuniões com investidores, Lóris Luz, presidente da fabricante de alimentos BRF, tem percebido um acréscimo no tempo dedicado ao tema meio ambiente. “Em 1 hora, entre 20 e 25 minutos são gastos com o assunto”, afirma Luz. Mais recentemente, a crise ambiental provocada pela alta do desmatamento na Amazônia e outros biomas brasileiros adicionou uma complicação. “Tivemos de explicar que nossos produtos vêm da granja e não do pasto”, diz o executivo. “O Brasil é enorme, mas o investidor enxerga como uma coisa só.”

A pecuária é apontada como a grande responsável pelo aumento da destruição da floresta. Outros setores do agronegócio, no entanto, acabam sofrendo o mesmo prejuí-

ízo de imagem decorrente do desmatamento, especialmente no exterior. “Isso prejudica as relações comerciais e até diplomáticas. Como consequência, o mercado coloca mais restrições e dificulta o acesso a capital”, afirma Luz. “Não adianta só a BRF ser sustentável, se o resto do país não é.”

O que ajuda a evitar maiores problemas com investidores e clientes é ter uma estratégia definida para o E do ESG, no caso, o meio ambiente. “Há muito anos, só compramos soja de fornecedores com compromissos ambientais, como os que assinaram a moratória da soja”, afirma Neil Peixoto, vice-presidente de sustentabilidade da companhia. “Também usamos softwares de inteligência para monitorar nossos fornecedores. Se houver algum proble-

ma, a empresa é suspensa.”

Esse sistema ficará mais eficiente em alguns meses, quando a BRF passará a usar dados de satélite para monitorar diretamente as florestas, cruzando dados de desmatamento com o Cadastro Ambiental Rural, por exemplo. “É um processo evolutivo”, afirma Peixoto.

A BRF faz parte de um grupo cada vez maior de grandes companhias brasileiras que estão se posicionando em defesa do meio ambiente. A empresa assinou uma carta, em julho, solicitando ações do governo para conter o desmatamento na Amazônia. O documento foi entregue ao vice-presidente, Hamilton Mourão. Somados, os faturamentos das empresas que participam do movimento superam 40% do PIB brasileiro.

## Emissões globais de CO2 têm maior queda da história na primeira metade de 2020, diz estudo

As restrições do coronavírus provocaram uma queda inédita das emissões de dióxido de carbono (CO2) no primeiro semestre de 2020, mostrou um estudo nesta quarta-feira (14). A queda é maior do que as

registradas durante a crise financeira de 2008 e a Segunda Guerra Mundial.

A pesquisa, publicada por um grupo de cientistas de China, França, Japão e Estados Unidos no periódico científico Nature Communications, disse que as emissões diminuíram em 1,551 milhão de toneladas (8,8%) na primeira metade de 2020 quando comparadas com o mesmo período do ano passado.

No primeiro semestre, as emissões de CO2 derivadas do transporte caíram 40%, as da produção de energia 22% e as da indústria, 17%. Os cientistas destacaram, entretanto, que as emissões voltaram a subir para seus níveis habituais em julho de 2020, quando a maioria dos países flexibilizou as restrições.

Os pesquisadores usaram dados baseados na atividade em tempo real e analisaram as tendências diárias, semanais e sazonais de emissões de CO2 antes e depois da pandemia de Covid-19 e da retração econômica que ela desencadeou.

Na última primavera no Hemisfério Norte, governos de todo o mundo impuseram lockdowns para conter a pandemia de Covid-19. Isso reduziu o consumo de energia da produção industrial e dos transportes, o que resultou em um declínio das emissões de gases de efeito estufa.

O clima mais quente do que o normal visto na maior parte do Hemisfério Norte ainda significa que as emissões foram um pouco menores do que teriam sido na mesma época do ano passado.

## Energia renovável potencializa mercado com alta em vagas e salários

Na área de energias renováveis, o Brasil é o segundo país no mundo que mais emprega. Atualmente são 1,158 milhão de trabalhadores empregados – o País fica atrás apenas da China. Segundo a empresa de recrutamento de média e alta gestão Michael Page, a busca por executivos para este setor cresceu 35% no primeiro semestre deste ano ante o mesmo período do ano anterior.

Para Guilherme Filgueiras, gerente executivo da empresa, ouvida pela Exame, a demanda por profissionais executivos é um sinal do aumento de oportunidades agora e no futuro do setor.

A consultoria listou três cargos com alta demanda em 2020, em que a média salarial para os profissionais fica entre R\$ 15 e 25 mil. Veja a seguir.

**1) Gerente de desenvolvimento de projetos:** o profissional busca novas oportunidades de negócio e realiza o desenvolvimento do projeto até o início de sua implementação. As oportunidades podem ser “greenfields” (projetos de Capex), ou seja, quando o produto do projeto é realizado a partir do zero, em situações em que não se conta com instalações e facilidades pré-existentes, ou brownfields (M&A), quando o produto do projeto é realizado para se somar a algo já existente. O profissional deve

conhecer muito do mercado de energia e regulatório e também deve ter habilidade em gerenciar os stakeholders envolvidos. Geralmente, abrange profissionais com conhecimentos em Engenharia, Finanças e Vendas.

**2) Gerente ou diretor de projetos:** é responsável pela execução de projetos. Recebe a demanda da parte de desenvolvimento e responde pela construção, instalação e comissionamento. O profissional deve conhecer bem o mercado de energia e dominar tecnicamente o conceito de projetos de infraestrutura. Existe um grande número de trabalhadores de grandes obras migrando para projetos de energias renováveis, já que oferecem menos complexidade. É preciso ter experiência em projetos de grande porte.

**3) Gerente ou diretor de organizações e métodos:** cuida da gestão das operações e manutenção dos ativos de geração de energia renovável. Trata-se de um perfil raro no mercado, já que o número de ativos ainda é baixo. Assim, há espaço para a participação de profissionais de outros setores, desde que consigam se adaptar rapidamente a uma nova realidade. É essencial ter conhecimento técnico do maquinário, a exemplo de aerogeradores, módulos solares, trackers, entre outros, além de senso de urgência e prontidão.

IstoéDinheiro



## Indústria

### Produção brasileira de aço cresce 7,5% em setembro



A produção brasileira de aço somou 2,6 milhões de toneladas em setembro deste ano, com aumento de 7,5% em comparação ao mesmo mês de 2019. Em relação a agosto deste ano, porém, houve retração de 4,7%, atribuída à queda da produção de semiacabados, de 31,9%. Em setembro, foram produzidas 456 mil toneladas de semiacabados para vendas.

Segundo o Instituto Aço Brasil, no mês passado, a produção de laminados foi de 1,9 milhão de toneladas, inferior em 2,6% à registrada em setembro do ano passado.

As vendas internas evoluíram 7,1% em setembro, comparativamente ao mês anterior, e 11,8% ante setembro de 2019, confirmando a rápida recuperação do mercado interno, disse o presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes.

“As vendas internas de laminados em setembro ficaram 15,5% acima da média das vendas de 2018 e 2019. Não procedem, portanto, as especulações de que estaria havendo desabastecimento do mercado interno, devido ao retardamento no religamento dos altos-fornos do setor e ao incremento das exportações. Estas, em setembro, ficaram 14,2% abaixo da média das exportações realizadas em 2019.” Lopes informou que o consumo aparente de produtos siderúrgicos subiu 8% em setembro relação a agosto, sobretudo por causa do crescimento das vendas internas.

Marco Lopes lembrou que, em abril deste ano, no período mais grave da crise de demanda, devido à pandemia do novo coronavírus, a indústria brasileira do aço operou com apenas 42% da capacidade instalada e foi, sendo obrigada a desligar al-

tos-fornos, aciarias e laminadores. Com a recuperação do mercado interno, as empresas religaram seus equipamentos e passaram a produzir e a vender para o mercado interno em níveis superiores aos de janeiro e fevereiro de 2020, acrescentou.

O consumo aparente de produtos siderúrgicos atingiu 1,9 milhão de toneladas, 8,2% acima do registrado em igual mês do ano passado.

De acordo com o Instituto Aço Brasil, as exportações de setembro, em comparação com as do mesmo mês de 2019, tiveram queda de 20,9% em volume e de 27,4% em valor. Foram vendidas 756 mil toneladas, com receita de US\$ 379 milhões. Isso ocorreu também com as importações, que totalizaram 142 mil toneladas em setembro (-22,9%) e US\$ 171 milhões em valor (-19%).

Alana Gandra/ABR

### Petrobras reduz preço da gasolina em 4% desde de sexta



A Petrobras reduzirá os preços da gasolina em suas refinarias em 4% desde de sexta-feira, enquanto as cotações do diesel não sofrerão alteração, informou a companhia nesta quinta-feira, por meio da assessoria de imprensa.

O reajuste na gasolina é o segundo para o combustível em outubro e ocorre após um aumento de 4% aplicado desde o dia 10, ocasião em que a companhia também havia elevado em 5% os valores do diesel.

Esse é o primeiro movimento de queda na cotação da gasolina em mais de um

mês — a última redução havia ocorrido em 10 de setembro e, desde então, a estatal promovera três aumentos consecutivos nos preços.

Com o novo reajuste, o valor médio da gasolina nas refinarias chegará a 1,7414 real por litro, segundo dados da Petrobras compilados pela Reuters.

A cotação da gasolina passa com isso a acumular queda de cerca de 9,2% frente aos valores vistos no início do ano.

O preço na refinaria, no entanto, segue distante das mínimas de 2020, registradas de meados de abril ao final de maio—quando, no auge do impacto das medidas restri-

### Retomada sustentável da economia exige medidas urgentes e reformas estruturais

Após meses de paralisação parcial do setor produtivo ocasionada pelas medidas de segurança necessárias para conter o avanço da covid-19, a indústria brasileira prepara estratégias para superar a crise econômica e retomar o crescimento.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou o documento “Propostas para a retomada do crescimento econômico” com 19 ações para alavancar o desenvolvimento e gerar empregos. Entre as prioridades, destaque para a reforma tributária.

O documento, entregue ao governo, está dividido em 2 blocos. No primeiro, estão 5 medidas prioritárias de transição, para serem adotadas imediatamente. No segundo, há 14 propostas estruturantes para a melhoria do ambiente de negócios, redução do Custo Brasil e estímulo ao investimento.

De acordo com o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, as medidas emergenciais adotadas pelo governo e pelo Congresso no início da pandemia foram essenciais para dar fôlego às empresas. Porém, para ele, para manter as empresas vivas é preciso

que o crescimento econômico seja sustentado.

“Nós temos 5 objetivos principais com essa proposta. Temos que trabalhar muito a questão financeira para manter as empresas vivas, porque sabemos que elas estão saindo da crise bastante debilitadas e com dificuldades e tínhamos que cuidar da saúde financeira dessas empresas. Depois, tem a parte das relações do trabalho e nos preocupamos para que não houvesse uma carga maior do que as empresas podem suportar”, destaca Carlos Abijaodi.

O presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, acredita que é fundamental que alguns programas de crédito emergenciais adotados pelo governo — como o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), o Peac (Programa Emergencial de Acesso a Crédito, do BNDES), o Pese (Programa Emergencial de Suporte a Empregos) do Banco Central, entre outros— sejam mantidos até pelo menos junho de 2021. Para ele, é pouco provável que o sistema financeiro retorne à normalidade no curto prazo.

Portal da Indústria

tivas impostas por causa da pandemia de coronavírus, o litro chegou a custar menos de 1 real.

A Petrobras defende que sua fórmula de preços tem como base a chamada paridade de importação, que leva em conta o valor do petróleo no mercado internacional e o câmbio, entre outros fatores.

Nesta quinta-feira, o petróleo Brent recuava 0,88 dólar, ou 2,03%, a 42,44 dólares por barril, às 13:43 (horário de Brasília), em meio a preocupações quanto ao impacto de uma segunda onda de coronavírus sobre a demanda por combustíveis.

Exame

## História Vive: A Batalha de Tsushima

Em 08 de fevereiro de 1904, o Japão declarou guerra a Rússia Imperial, governada pelo Czar Nicolau II. Apenas três horas mais tarde, a frota japonesa atacou o Esquadrão do Pacífico (frota russa baseada na Ásia) em Port Arthur, uma estratégia que o Japão repetiria 37 anos mais tarde em Pearl Harbour (onde, por atraso na comunicação, a declaração de guerra chegou após o ataque).

Em Port Arthur, os japoneses danificaram bastante os navios russos, pegos de surpresa, mas não conseguiram destruir a frota. Nos meses seguintes seguiram-se diversos encontros inconcludentes, com perdas para ambos os lados, os russos evitavam sair da proteção de sua base e os japoneses não tinham condição de atacar decisivamente.

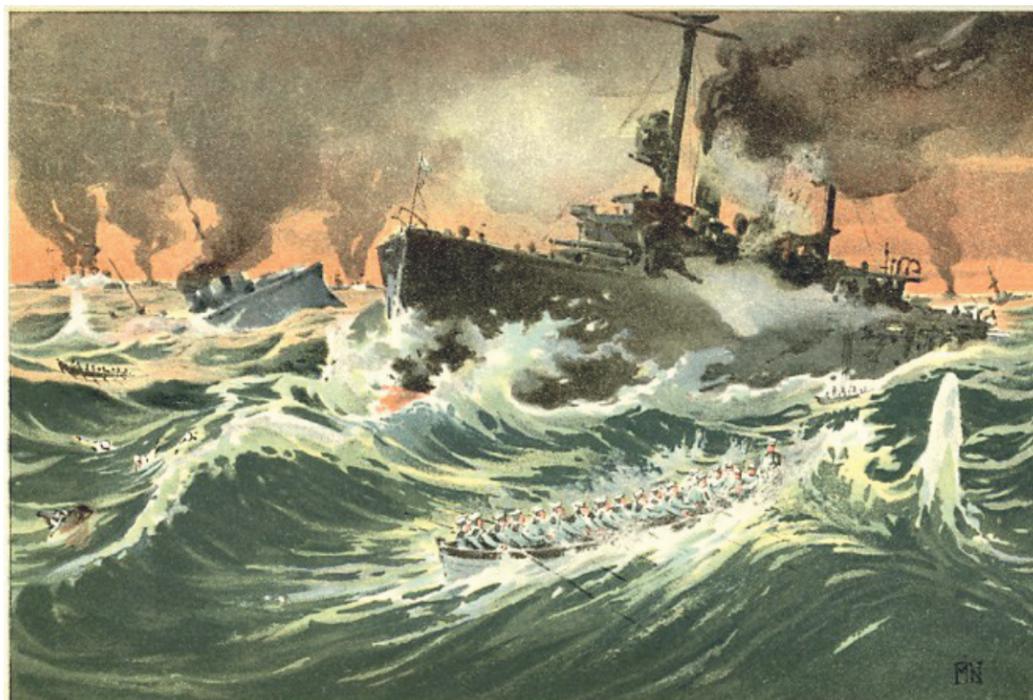
Sem o apoio da marinha, as tropas da Rússia no oriente, ficavam impotentes para deter as manobras dos japoneses, permitindo a estes desembarcar tropas na Coreia e na península de Liaodong (China), com vistas a invasão da Manchúria.

Em Petrogrado (capital do Império Russo), o povo exigia resposta, mas enviar tropas, pela ainda incompleta ferrovia Transiberiana, era difícil e caro, o enorme tama-

nho da Rússia (o maior país do mundo), trabalhava contra o governo do Czar. Desta forma, decidiu-se que armar e enviar uma poderosa frota seria a forma ideal de destruir a ameaça do Japão, quatro novos encouraçados estavam sendo finalizados, e pretendia-se que eles fossem a ponta de lança dessa nova frota.

Em 09 de janeiro de 1905 a frota chegou à baía de Cam Ranh, na época, Indochina Francesa (atual Vietnam), eles haviam saído da Rússia em 15 de outubro de 1904, quase três meses antes, e foram notícia na imprensa mundial, o inimigo acompanhava seus passos, porém, mesmo assim, receberam ordens de aguardar a chegada do Almirante Nikolai Nebogatov com os navios do “esquadrão do Pacífico”. Estes, mais antigos, e alguns até obsoletos, pouco poderiam ajudar, mas, conforme iria se comprovar, atrapalharam muito.

Os japoneses, comandados pelo almirante Togo Heihachiro, aguardavam. Acreditando que os russos, após tão longa e acidentada viagem, não se aventurariam pelo Pacífico Central, Togo preparou uma “emboscada” no estreito de Tsushima, entre o Japão e a Coreia, ali o inimigo não poderia escapar.



A frota russa, com 38 navios, agora seguia rumo a Vladivostok, pois, Port Arthur já havia sido tomada pelos japoneses, por terra. Em 27 de maio de 1905 a frota entrou no estreito de Tsushima.

A parte uma escaramuça com um cruzador japonês, ocorrida às 11:00h, a batalha realmente começou por volta de 14:00h, quando a frota japonesa, liderada pelo Almirante Togo, a bordo do couraçado Mikasa, interceptou as belonaves russas. Embora os russos disparassem furiosamente contra o Mikasa, foi o seu capitânea, o Suvorov, que foi atingido logo no início da batalha, ferindo e incapacitando o Almirante Rozhdestvensky. Por volta das 19:30h, três dos quatro novos couraçados russos estavam destruídos, Knyaz Suvorov (capitânea da frota), Alexander III e Borodino. O último

deles, o Oryol, juntou-se aos navios mais antigos do grupo do Almirante Nebogatov, apenas para ser capturado pelos japoneses no dia seguinte. Dois terços da frota russa foram afundados, danificados ou capturados, vários fugiram para portos neutros, somente três chegaram a Vladivostok.

A nova derrota para os japoneses gerou enorme desprestígio ao governo do Czar Nicolau, protestos, greves e até uma revolução eclodiram na Rússia. Era necessário pôr fim à guerra, e o Czar tinha pressa, assim Rússia e Japão aceitaram a mediação dos Estados Unidos da América.

A Rússia não apenas cedeu a Coreia ao Japão, como retirou suas tropas da Manchúria, abrindo caminho para a ocupação japonesa. O Japão venceu a guerra.

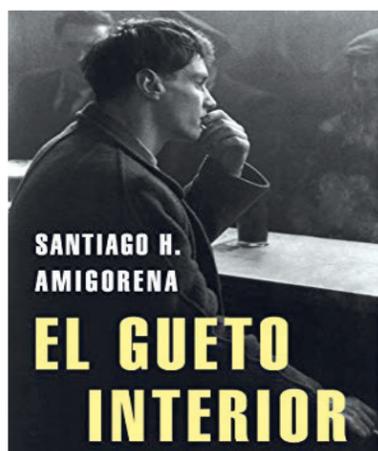
Porém, a Rússia recusou-se a pagar qualquer tipo de “indenização” de guerra, e o Japão estava financeiramente “quebrado”. Distúrbios começaram a ocorrer e durariam mais de uma década, mas o Japão havia se tornado a primeira potência do oriente, e havia vencido o maior país do mundo.

Japoneses e russos evitaram ao máximo combater-se mutuamente na Segunda Guerra Mundial, a então União Soviética, somente declarou guerra ao Japão após o colapso da Alemanha e a destruição do poder naval do Japão pelos Estados Unidos.

Hoje o couraçado Mikasa, nau capitânea de Togo, permanece como navio-museu em Yokosuka, no Japão, testemunha muda da história que ele ajudou a forjar.

Eduardo José de Camargo

## Personagem de ‘O Gueto Interior’ fica mudo à medida em que Holocausto avança



Em 1928, o jovem Vicente Rosenberg deixa sua Polônia natal e faz uma longa viagem até Buenos Aires, onde se instala. Nos anos seguintes, se adapta bem à vida na então próspera capital. Conhece e se apaixona por Rosita, uma argentina com quem casa e que lhe dá três filhos, e faz sucesso nos negócios - abre uma loja para vender os móveis produzidos pelo sogro. Nos momentos livres, encontra amigos para beber no café Tortoni.

Aos poucos, acrescenta a cultura portenha à sua identidade original - um judeu polonês que chegou a sonhar com uma carreira no Exército de seu país, mas desistiu para estudar direito, curso

que em seguida abandonou antes de emigrar em busca de uma nova vida. Quando saiu da Polônia, o antissemitismo crescia na Europa e ele tinha um sentimento difuso de que as coisas não iriam terminar bem. Sua mãe e seu irmão ficaram para trás.

Com a vida engatada em Buenos Aires, Vicente se culpa terrivelmente por ter deixado os familiares em uma Varsóvia que seria invadida pelos nazistas, enquanto divaga sobre sua identidade em mutação - ele se pergunta se é polonês, argentino ou judeu, ou um pouco de cada uma dessas coisas.

“O livro questiona, e ridiculariza, eu espero, essa obrigação que nos é posta de nos definirmos em relação à

nossa origem”, diz Santiago Amigorena, autor do romance “O Gueto Interior”, do qual Vicente é protagonista. “Nós somos o que nos tornamos. O que não significa de forma alguma que deixemos de ser o que fomos. A questão da identidade só faz sentido quando vista como uma questão sem resposta. Uma pergunta que você nunca deve parar de se perguntar.”

Questionado sobre como vê a ascensão de líderes de extrema direita atualmente, Amigorena afirma ter preocupação, assim “como qualquer pessoa que ama a cultura, que ama os outros, que ainda pensa que ser humano pode ter um certo significado ou uma beleza incerta”.

João Pessarolo/Folhapress

## Negócios

### Raízen inaugura maior usina de biogás a partir de derivados da cana do mundo



A Raízen, principal grupo sucroenergético do país, inaugurou nesta sexta-feira (16) a maior usina de biogás com produção a partir de derivados da cana-de-açúcar do mundo.

Instalada na usina Bonfim, em Guariba (a 339 km de São Paulo), a planta vai produzir o biogás por meio de vinhaça e torta de filtro, dois subprodutos da cana.

O projeto da planta de biogás foi iniciado em agosto de 2018 com o objetivo de diversificar o portfólio do grupo, que já incluía por exemplo a produção de etanol de primeira e segunda geração e cogeração de energia elétrica.

A usina tem capacidade para produzir 138 mil MWh por ano, o suficiente para

abastecer uma cidade como Araraquara, de 238 mil habitantes. O plano é atingir essa capacidade na próxima safra de cana.

Desse total de energia gerada, 96 mil MWh serão vendidos dentro de um contrato negociado em leilão de 2016, no qual a Raízen foi a vencedora. O excedente poderá ser negociado no mercado livre ou outros contratos.

A planta em Guariba é resultado de uma joint venture entre o grupo e a Geo Energética, que já opera uma planta no Paraná. Outras duas estão em desenvolvimento, conforme Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro, o que mostra que é um mercado que aos poucos vai ganhar corpo no país.

“No Paraná, ela começou com 4 MWh e está indo para 16 MWh.”

Segundo ele, o potencial é muito grande no setor sucroenergético, podendo alcançar três vezes o volume de gás que o Brasil importa da Bolívia.

“É uma importância extraordinária, apenas no setor sucroenergético [potencial de] 56 milhões de metros cúbicos/dia, o que é praticamente três vezes o volume de gás que o Brasil hoje importa da Bolívia, 20 milhões de metros cúbicos. Transformado em diesel equivalente, por que o biogás substitui o diesel, estamos falando de um potencial no Brasil de substituir 44% do diesel utilizado por biogás verde.”

Marcelo Toledo/Folhapress

### Vamos participar de todas as concessões de aeroportos do país, diz dono do grupo Itapemirim



O empresário Sidnei Piva, dono do grupo Itapemirim é do tipo de pessoa que passaria despercebida no meio de uma multidão. Magro e com estatura mediana, ele tem a fala mansa e o sotaque carregado, típico do interior do Paraná.

Mas bastam alguns minutos de conversa para que esse paranaense, de 55 anos, natural da cidade de Pérola, chame a atenção pela empolgação com que fala sobre seus projetos, negócios e empresas.

Piva comprou a Itapemirim em 2016. Ele conta que a empresa estava quase falida e tinha um faturamento de R\$ 70 milhões por ano. Em 2019, diz o empresário, a

### Nubank lidera ranking de cadastro de chaves do Pix

Se tem uma fintech que está incomodando os grandes bancos com o tanto de clientes que vem conquistando, esta é o Nubank. Prova disso é que a instituição está liderando disparado o ranking de cadastro de chaves do Pix do Banco Central (BC), que foi divulgado nesta quarta-feira, 14. Foram 8 milhões de chaves cadastradas pelos clientes do Nubank. O segundo colocado é o Mercado Pago com 4,7 milhões de chaves registradas, seguido pelo PagSeguro com 4,3 milhões. Só então aparecem os grandes bancos. O Bradesco com 3,7 milhões, Caixa com 2,4 milhões, Banco do Brasil com 2,1 milhões e só então aparecem o Itaú e o Santander.

O Pix é o novo sistema de pagamentos do Banco Central que vai permitir transferências a qualquer hora do dia, qualquer dia da semana. Para isso, será preciso uma conta

no banco e uma chave cadastrada que poderá ser o celular, o e-mail, o CPF ou então chaves aleatórias fornecidas pelos bancos. Desta forma, será também facilitada a forma de transferência de dinheiro. Em vez de informar agência, conta corrente e banco, o cliente só precisa informar o número do celular, por exemplo. Isso significa que cada consumidor só pode cadastrar seu número de telefone em um único banco. Ao todo, foram cadastradas em uma semana cerca de 33 milhões de chaves, segundo informações do BC. Como cada cliente pessoa física pode cadastrar até cinco chaves e os clientes pessoas jurídicas outras 20 chaves, não se sabe ao certo quantas pessoas já se cadastraram para usar o sistema que estará disponível oficialmente no dia 16 de novembro. Mas, no dia 3 de novembro, começará uma fase teste.

Veja



companhia de ônibus faturou R\$ 700 milhões e ele projeta um resultado próximo de R\$ 2 bilhões em 2021.

“Mesmo com a pandemia, agimos rápido e vamos faturar R\$ 500 milhões em 2020”, afirma.

Agora, ela prepara a companhia para lançar uma companhia aérea. Pelo cronograma, as operações terão início no ano que vem. A previsão é que as primeiras 10 aeronaves Airbus 320 sejam entregues em novembro e o primeiro voo comercial decole em março.

Na sexta-feira (9), a Itapemirim abriu um processo seletivo para a contratação de 600 funcionários, entre pi-

lotos, co-pilotos, comissários e pessoal responsável pelo check-in e despacho de bagagens.

Atualmente, o grupo sob seu comando reúne 11 empresas do ramo de transporte, entre rodoviário, ferroviário e metroviário.

É preciso deixar claro que a companhia aérea será outra empresa, que não está ligada ao processo de recuperação. Sobre a viação, nós nem chamamos mais de recuperação. Chamo de plano de reestruturação. A RJ [recuperação judicial] está 100% em dia. E temos o endividamento muito baixo. A empresa está saindo da pandemia bem mais forte do que entrou.

Bruna Narcizo/Folhapress